

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – 115ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
1.2 – Comissões

2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

2.1 – Comissões

3 – PRONUNCIAMENTOS

4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

5 – ERRATA



ATAS

ATA DA 115ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 5/12/2019

Presidência dos Deputados Sargento Rodrigues e Bruno Engler

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projeto de Resolução nº 17/2019; Projetos de Lei nºs 1.342, 1.344, 1.345 e 1.346/2019; Requerimentos nºs 4.255 a 4.280, 4.284 a 4.289, 4.303, 4.305 e 4.313/2019; Requerimento Ordinário nº 757/2019 – Proposições Não Recebidas: Requerimento nº 4.283/2019 – Comunicações: Comunicações das Comissões do Trabalho, de Direitos Humanos e de Cultura (2) – Oradores Inscritos: Discursos do deputado Osvaldo Lopes, das deputadas Leninha e Marília Campos e dos deputados Doutor Jean Freire e Charles Santos – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Decisão da Presidência – Designação de Comissões: Comissões Especiais para Emitir Parecer sobre as Indicações nºs 1 a 11/2019, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 42/2019 e sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 43/2019 – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Bruno Engler – Cássio Soares – Charles Santos – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – João Leite – João Vítor Xavier – Leandro Genaro – Leninha – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Mauro Tramonte – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme.

Abertura

O presidente (deputado Sargento Rodrigues) – Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado Professor Cleiton, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– A deputada Leninha, 1ª-secretária *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. André Cardoso Cavalcanti, promotor de justiça, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.855/2019, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Germano Luiz Gomes Vieira, secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.098/2019, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Germano Luiz Gomes Vieira, secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, prestando informações relativas ao Requerimento nº 41/2019, da deputada Beatriz Cerqueira. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Germano Luiz Gomes Vieira, secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.445/2019, da Comissão de Meio Ambiente. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Germano Luiz Gomes Vieira, secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.446/2019, da Comissão de Meio Ambiente. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Eto, secretário-geral de Estado, prestando informações relativas ao Requerimento nº 922/2019, da Comissão de Administração Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Irene Angélica Franco e Silva Leroy, chefe de Gabinete da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.568/2019, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Irene Angélica Franco e Silva Leroy, chefe de Gabinete da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.595/2019, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. José Geraldo de Oliveira Prado, secretário de Estado Adjunto de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 4.778/2017, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. José Geraldo de Oliveira Prado, secretário de Estado Adjunto de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 578/2019, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Paulo Tadeu Ferreira Lott, gerente de Relações Institucionais da Companhia Energética de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.634/2019, da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Paulo Tadeu Ferreira Lott, gerente de Relações Institucionais da Companhia Energética de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.076/2019, da Comissão do Trabalho. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Paulo Tadeu Ferreira Lott, gerente de Relações Institucionais da Companhia Energética de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.180/2019, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Samir Carvalho Moysés, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 4.958/2018, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Samir Carvalho Moysés, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 671/2015, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Samir Carvalho Moysés, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 799/2015, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Samir Carvalho Moysés, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 530/2015, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Samir Carvalho Moysés, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 1.823/2015, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Samir Carvalho Moysés, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 1.460/2015, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Samir Carvalho Moysés, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 567/2015, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Saúde. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Samir Carvalho Moysés, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 1.414/2015, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Samir Carvalho Moysés, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.884/2015, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Samir Carvalho Moysés, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 5.319/2018, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Samir Carvalho Moysés, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 549/2019, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Samir Carvalho Moysés, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 5.448/2018, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Samir Carvalho Moysés, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 5.466/2018, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Samir Carvalho Moysés, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 5.384/2018, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Samir Carvalho Moysés, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 602/2019, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Samir Carvalho Moysés, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 627/2019, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Samir Carvalho Moysés, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 105/2019, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Samir Carvalho Moysés, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 280/2019, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Samir Carvalho Moysés, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 3.552/2016, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Samir Carvalho Moysés, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 5.374/2018, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Samir Carvalho Moysés, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 4.160/2017, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Samir Carvalho Moysés, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 4.335/2017, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Samir Carvalho Moysés, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 4.370/2017, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Samir Carvalho Moysés, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 4.422/2017, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Samir Carvalho Moysés, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 4.556/2017, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Samir Carvalho Moysés, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 502/2019, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Samir Carvalho Moysés, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.565/2015, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Samir Carvalho Moysés, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 943/2015, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Samir Carvalho Moysés, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 831/2019, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Samir Carvalho Moysés, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 858/2019, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Samir Carvalho Moysés, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 3.636/2016, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Samir Carvalho Moysés, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 3.934/2016, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Samir Carvalho Moysés, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 4.881/2017, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Samir Carvalho Moysés, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 3.692/2016, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Samir Carvalho Moysés, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 369/2015, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Samir Carvalho Moysés, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 3.313/2016, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Samir Carvalho Moysés, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 894/2019, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Samir Carvalho Moysés, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 5.119/2018, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Samir Carvalho Moysés, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 780/2019, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Samir Carvalho Moysés, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 991/2019, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Samir Carvalho Moysés, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 1.053/2019, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Samir Carvalho Moysés, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 1.561/2015, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Samir Carvalho Moysés, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 966/2019, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Samir Carvalho Moysés, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 352/2019, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Samir Carvalho Moysés, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 905/2019, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Samir Carvalho Moysés, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 1.105/2019, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Samir Carvalho Moysés, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 5.110/2018, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Administração Pública. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Wagner Pinto de Souza, chefe da Polícia Civil de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.567/2019. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 17/2019

Susta os efeitos do inciso XXXIII do art. 3º e dos arts. 16 e 17 do Regulamento Técnico constante no Anexo Único da Resolução no 6.693, de 29 de março de 2019, da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º – Ficam suspensos os efeitos do inciso XXXIII do art. 3º e dos arts. 16 e 17 do Regulamento Técnico constante no Anexo Único da Resolução no 6.693, de 29 de março de 2019, da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 4 de dezembro 2019.

Deputado Coronel Henrique

Justificação: A Resolução no 6.693, de 29 de março de 2019, da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, “divulga o Regulamento Técnico de Boas Práticas para estabelecimentos que realizam comércio varejista de carnes, no âmbito do Estado de Minas Gerais”.

O art. 16 do referido regulamento determina que os estabelecimentos que realizam comércio varejista de carnes deverão contar com um responsável técnico. Prevê como alternativa, porém, a figura de um substituto capacitado em curso de manipulação de carnes ou alimentos.

Contudo, essa alternativa contraria a legislação pertinente, em especial a Lei Federal no 5.517, de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de médico-veterinário, e a Lei no 13.317, de 1999, que contém o Código de Saúde do Estado de Minas Gerais. Exorbita, assim, do poder regulamentar do Executivo.

Tais normas reconhecem que o médico veterinário é o profissional que reúne os conhecimentos técnicos e científicos sobre saúde animal, processos tecnológicos e qualidade da matéria-prima necessários para assegurar a produção segura dos alimentos de origem animal, por meio da inspeção das matérias-primas e da aferição do cumprimento dos requisitos higiênico-sanitários referentes às diversas etapas do processo produtivo, tanto para alimentos *in natura* como para os processados nas indústrias alimentícias, e também nos pontos de venda.

Por essas razões, contamos com o apoio dos nobres pares para aprovação desta proposição.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Saúde para parecer, nos termos do art. 195, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.342/2019

Dá denominação a escola estadual de ensino fundamental e médio localizada no Assentamento Estrela do Norte, no Município de Montes Claros.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica denominada Escola Estadual João Miguel Teixeira de Jesus, de ensino fundamental e médio, a escola estadual de ensino fundamental e médio localizada no Assentamento Estrela do Norte, no Município de Montes Claros.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 4 de dezembro de 2019.

Deputada Beatriz Cerqueira, Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.344/2019

– O Projeto de Lei nº 1.344/2019 foi publicado na edição anterior.

PROJETO DE LEI Nº 1.345/2019

Proíbe a comercialização de cigarros e similares no interior das Unidades de Conservação ambientais no estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica proibida a venda de cigarros e similares no interior das Unidades de Conservação do Estado de Minas Gerais.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 4 de dezembro de 2019.

Deputado Glaycon Franco

Justificação: Temos observado que a incidência de incêndios no interior das Unidades de Conservação do Estado de Minas Gerais tem sido constante. O número de ocorrências tem sido ampliado e os danos ao patrimônio ambiental tem sido recorrentes, principalmente em época de seca.

Não se sabe ao certo o percentual destes focos de incêndio que são causados pelo descarte indevido de pontas de cigarro acesas, mas é certo que eles representam uma parte dos acidentes desta natureza.

Todos os esforços para reduzir o número de incêndios são bem vindos, sobretudo dentro das Unidades de Conservação onde eles provocam danos a uma diversidade de valor diferenciado. Em razão disso, é a iniciativa de proibir a venda destes produtos dentro das Unidades, visando, ao menos, reduzir o número de ocorrências de incêndio acidental causado pelo descarte inadequado de restos de cigarro acesos.

Por estas razões, conto com a compreensão e o apoio de meus pares para a aprovação deste projeto.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Econômico para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.346/2019

Inclui conteúdos referentes à literatura mineira no currículo do ensino médio.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – As escolas de ensino médio do Estado incluirão, na formulação de sua proposta pedagógica, conteúdos que valorizem a produção literária mineira.

§ 1º – Os conteúdos a que se refere o *caput* serão implementados ao ser desenvolvida a área de conhecimento “linguagens, códigos e suas tecnologias”.

§ 2º – Os órgãos competentes orientarão os estabelecimentos de ensino na seleção do material didático adequado para implementação do disposto no "caput" deste artigo.

Art. 2º – Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 4 de dezembro de 2019.

Deputado Glaycon Franco

Justificação: Por força do art. 24, IX da Constituição da República, a competência para legislar sobre normas que disponham sobre cultura e ensino são de competência concorrente entre União, Estados e Distrito Federal.

Uma das razões desta competência concorrente se estabelecer é que o legislador originário reconhece a importância da regionalização em um país como o Brasil, de dimensões continentais e uma nacionalidade diversa, de rica e variada cultura, que se reflete, por conseguinte, na produção literária.

A Lei 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, em seu art. 26, com a redação dada pela Lei n. 12.796/2013, define que “Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.”

As diretrizes da LDB consolidam ainda mais a necessidade de prestígio às características regionais e locais da sociedade, com o que compactuamos, em razão dos benefícios culturais que proporciona.

Minas Gerais, em particular, tem uma rica produção literária, que não é conhecida, como deveria, por boa parte da sociedade mineira. Uma das razões que atribuímos a este fato é a necessidade de maior divulgação da qualificada produção dos autores mineiros de todos os tempos, sobretudo no ambiente educacional.

Em alguns casos, nomes como os de Fernando Sabino, Adélia Prado, Djalma Andrade, Bartolomeu Queiroz, entre muitos outros, ficam afastados do ensino literário e os alunos costumam deixar os bancos escolares sem saber, ao menos, quem são estes importantes escritores.

A experiência diária e o contato com membros de organizações literárias do estado, sobretudo com as Academias de Letras, tem deixado transparecer que há necessidade de maior empenho dos órgãos educacionais para a divulgação da importante produção literária de nosso Estado.

Esta iniciativa visa dar maior visibilidade da literatura mineira aos alunos dos estabelecimentos de ensino de Minas Gerais, o que proporcionará maior conhecimento de sua rica trajetória literária, exaltando os valores mineiros, sem prejuízo dos conteúdos relacionados aos grandes nomes da literatura nacional oriunda de outros estados.

Com a intenção de atingir este objetivo é que apresentamos este projeto, contando com o apoio de nossos pares.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Educação para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

– Os Requerimentos nºs 4.255 a 4.280, 4.284 a 4.289, 4.303 e 4.305/2019 e o Requerimento Ordinário nº 757/2019 foram publicados na edição anterior.

REQUERIMENTO Nº 4.313/2019

Do deputado Gustavo Mitre em que requer seja encaminhado ao presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica pedido de informações sobre o cronograma de fiscalização, a situação de segurança e o funcionamento das Barragens do Caixão, Angu Seco e Benfca, no Município de Itaúna. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Proposições Não Recebidas

– A presidência, nos termos do inciso III do art. 173 do Regimento Interno, deixa de receber a seguinte proposição:

REQUERIMENTO Nº 4.283/2019

Da Comissão de Esporte em que requer seja formulado voto de congratulações com o Colégio Tiradentes pelos 70 anos de sua criação, comemorados em 10 de novembro, e pela formação de excelência que vem proporcionando ao longo dos anos à juventude mineira.

Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões do Trabalho, de Direitos Humanos e de Cultura (2).

Oradores Inscritos

– O deputado Osvaldo Lopes e as deputadas Leninha e Marília Campos proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

O presidente (deputado Bruno Engler) – Obrigado, deputada Marília Campos. Com a palavra, para o seu pronunciamento, o deputado Doutor Jean Freire.

– Os deputados Doutor Jean Freire e Charles Santos proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****Abertura de Inscrições**

O presidente – Não havendo outros oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência, no uso de suas atribuições, reforma despacho anterior e determina que o Requerimento nº 4.137/2019, que havia sido distribuído à Comissão de Educação, seja redistribuído à Comissão de Agropecuária para deliberação, em razão da natureza da matéria.

Mesa da Assembleia, 5 de dezembro de 2019.

Bruno Engler, no exercício da presidência.

Designação de Comissões

O presidente – A presidência vai designar os membros da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre as Indicações nºs 1 a 11/2019. Pelo Bloco Sou Minas Gerais – BSMG: efetivos – deputados Professor Wendel Mesquita e Professor Cleiton; suplentes – deputados Raul Belém e João Vítor Xavier; pelo Bloco Minas tem História – BMTH: efetivo – deputado João Magalhães; suplente – deputado Hely Tarquínio; pelo Bloco Liberdade e Progresso – BLP: efetivo – deputado Professor Irineu; suplente – deputada Delegada Sheila; pelo Bloco Democracia e Luta – BDL: efetivo – deputada Beatriz Cerqueira; suplente – deputado Betão. Designo. Às comissões.

A presidência vai designar os membros da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 42/2019. Pelo BSMG: efetivos – deputados João Leite e Raul Belém; suplentes – deputados Bartô e Bosco; pelo

BMTH: efetivo – deputada Rosângela Reis; suplente – deputado Mauro Tramonte; pelo BLP: efetivo – deputado Leandro Genaro; suplente – deputada Delegada Sheila; pelo BDL: efetivo – deputado Léo Portela; suplente – deputado Mauro Tramonte. Designo. Às comissões.

A presidência vai designar os membros da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 43/2019. Pelo BSMG: efetivo – deputado Gustavo Mitre; suplente – deputado Cleitinho Azevedo; pelo BMTH: efetivos – deputados Carlos Pimenta e Charles Santos; suplentes – deputada Rosângela Reis e deputado Thiago Cota; pelo BLP: efetivo – deputado Doorgal Andrada; suplente – deputado Coronel Henrique; pelo BDL: efetivo – deputada Marília Campos; suplente – deputado Virgílio Guimarães. Designo. Às comissões.

Comunicação da Presidência

– A Comunicação da Presidência, informando ao Plenário sobre os requerimentos aprovados nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, foi publicada na edição anterior.

Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões

do Trabalho – aprovação, na 23ª Reunião Ordinária, em 4/12/2019, dos Requerimentos nºs 3.265, 3.267, 3.275, 3.276 e 3.279/2019, da Comissão dos Direitos da Mulher, 3.775/2019, do deputado Fernando Pacheco, 3.307, 3.308, 3.899, 3.920, 3.921, 3.923, 3.969, 3.977, 3.981, 3.982, 3.987, 3.988, 3.993, 3.995 a 3.997, 4.001, 4.003, 4.004, 4.009, 4.064, 4.074 e 4.075/2019, da Comissão de Participação Popular, 4.114/2019, da Comissão de Direitos Humanos, e 4.139 e 4.140/2019, do deputado Bruno Engler;

de Direitos Humanos – aprovação, na 19ª Reunião Ordinária, em 4/12/2019, dos Requerimentos nºs 3.826 e 3.827/2019, da deputada Ana Paula Siqueira, e 4.129 e 4.132/2019, da Comissão de Participação Popular;

de Cultura (2) – aprovação, na 28ª Reunião Ordinária, em 4/12/2019, do Projeto de Lei nº 1.192/2019, do deputado Bosco, com a Emenda nº 1, e dos Requerimentos nºs 3.829/2019, da deputada Ana Paula Siqueira, 4.153/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, 4.165/2019, do deputado Léo Portela, e 4.194/2019, do deputado Mauro Tramonte; e aprovação, na 12ª Reunião Extraordinária, em 5/12/2019, do Projeto de Lei nº 520/2019, do deputado Marquinho Lemos, com a Emenda nº 1 (Ciente. Publique-se.).

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 27/11/2019

Às 16h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Bosco, Professor Wendel Mesquita e Mauro Tramonte, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater as políticas públicas destinadas à preservação e valorização das guardas de congado. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: carta do Sr. Sávio Lucas, de Jaboticabal, São Paulo, sugerindo que se sancione uma lei que torne o dia 15 de agosto um feriado estadual, por ser o dia da Assunção da Virgem Maria e também o dia oficial de Nossa Senhora da Abadia, padroeira do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba (21/11/2019); e ofícios dos Srs. Bilac Pinto, secretário de Estado de

Governo (10/10/2019); Claudio Franke, chefe de gabinete de Ministério da Cidadania (4 e 18/10/2019); Ricardo Braga, secretário especial da Cultura de Ministério da Cidadania (8/11/2019); Eduardo Luiz G. Rios Neto, diretor de pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (13/11/2019); Luiz Otávio Fernandes, presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora (15/11/2019); e Marcelo Landi Matte, secretário de Estado de Cultura e Turismo (21/11/2019). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 1.108/2019, no 2º turno (deputado Bosco), 5.130/2018, no 2º turno (deputada Ione Pinheiro), 5.278 e 5.325/2018, no 2º turno (deputado Marquinho Lemos), 1.192/2019, em turno único (deputado Mauro Tramonte), e 3.548/2016, em turno único (deputado Professor Wendel Mesquita). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1, do Projeto de Lei nº 4.328/2017, no 1º turno (relator: deputado Professor Wendel Mesquita, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.842, 3.843, 3.906, 3.907, 3.973, 3.998, 4.005, 4.011, 4.016, e 4.020/2019. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Rute Assis, subsecretária de Estado de Cultura e Turismo, e o Sr. Felipe Rodrigues Amado Leite, superintendente de Fomento Cultural, Economia Criativa e Gastronomia da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult, representando o secretário; Sra. Michele Abreu Arroyo, presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha; Sr. Carlos Alberto Martins Ribeiro, assessor de Cultura da Secretaria Municipal de Cultura de Nova Lima, representando a secretária; Sra. Kelma Gizele da Cruz Conceição, capitã da Guarda de Congo São Jorge de Nossa Senhora do Rosário de Belo Horizonte; Sra. Aparecida Maria da Silva Rodrigues, presidente da Associação dos Reinadeiros de Bom Despacho; Sra. Vanilza Jacundino Rodrigues, antropóloga do Iphan-MG; Sra. Valdinalva Barbosa dos Santos Caldas, presidente do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial e representante dos Ciganos na Comissão de Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais; Sra. Neli Martins de Souza, conselheira da Igualdade Racial do Município de Belo Horizonte – Segmento Guarda de Congado; Sra. Ione Amaral Cruz, representante da Comunidade Congadeira de Vespasiano; e os Srs. Gilberto da Silva Pereira, presidente da Comissão de Igualdade Racial da OAB-MG; Luis Fabiano dos Santos, presidente do Instituto Cultural Reino do Rosário; Clever Alves Machado, coordenador Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social; Gleisson Rodrigues Batista Passos, capitão da Guarda de Congo Nossa Senhora do Rosário – Urca Pampulha; e Salim Salema Pimenta, vice-prefeito de Pedro Leopoldo. A presidência concede a palavra ao deputado Professor Wendel Mesquita, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão.

nº 5.638/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja realizada audiência pública para debater o reconhecimento da capoeira como patrimônio cultural imaterial do Estado;

nº 5.653/2019, do deputado Bosco, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e de Cultura e Turismo – Secult – pedido de providências para seja analisada a viabilidade de atendimento do pleito dos professores de arte e restauro da Fundação de Arte de Ouro Preto, que almejam equiparação do subsídio por eles recebido ao vencimento dos professores da rede pública de ensino de Minas Gerais, bem como a elaboração de laudo técnico que avalie supostas condições de insalubridade no exercício de atividades nessa fundação;

nº 5.779/2019, dos deputados Bosco, Professor Wendel Mesquita e Mauro Tramonte, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – pedido de providências para que analise a viabilidade de apoio à realização do encontro estadual de guardas de congado de Minas Gerais, na Praça da Assembleia, em 2020.

nº 5.782/2019, dos deputados Bosco, Professor Wendel Mesquita e Mauro Tramonte, em que requerem seja encaminhado ao presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais pedido de providências para que analise a viabilidade de apoio à realização do encontro estadual de guardas de congado de Minas Gerais, na Praça da Assembleia, em 2020.

nº 5.783/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – pedido de providências para que realize ações de formação para os proponentes de projetos culturais no âmbito dos editais do Fundo Estadual de Cultura, sobretudo para os grupos de culturas populares, com especial atenção para os Municípios de Belo Horizonte, Bom Despacho e Araxá e respectivas regiões.

nº 5.785/2019, do deputado Bosco, em que requer seja encaminhado ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha-MG – pedido de providências para que analise a viabilidade de inclusão da Matriz de São João Batista da Canastra, do Município de São Roque de Minas, no inventário cultural do São Francisco, bem como avalie outras formas de proteção aplicáveis à referida edificação. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 2019.

Professor Wendel Mesquita, presidente.

ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PRÓ-FERROVIAS MINEIRAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 28/11/2019

Às 14h28min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Leite, Gustavo Mitre e Sávio Souza Cruz (substituindo o deputado Roberto Andrade, por indicação da liderança do BMTH, em virtude de vaga cedida), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater os problemas da linha férrea no Município de Oliveira. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios da Sra. Daniela de Rezende Junqueira Bello, gerente-geral de Regulação e Relações Institucionais de Minas Gerais da MRS Logística, informando que a ponte de ferro da Avenida Rivelli, no Bairro de Lourdes, em Juiz de Fora, tem sido ponto constante de rondas das equipes de segurança patrimonial ligadas à MRS e que, no que se refere ao pedido de iluminação da referida ponte, o local é passagem pública para pedestre sobre um antigo pontilhão da ferrovia, razão pela qual solicita seja encaminhado o pleito também ao poder público municipal, na busca de solução deste problema, em resposta ao Requerimento nº 2.489/2019; do Sr. Juliano Ferreira (2), presidente da Câmara Municipal de Ouro Preto, em atendimento ao requerimento de autoria do vereador Vander Leitoa aprovado por essa casa legislativa, em que solicita sejam os vereadores informados por e-mail quando houver reuniões da comissão pró-ferrovias e ainda seja o Município de Ouro Preto, mais precisamente a região do Distrito de Antônio Pereira, incluído como pauta prioritária na construção do Ferroanel; e do Sr. Marco Aurélio de Barcelos Silva, secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, informando que o prazo máximo para recebimento de eventuais novas propostas para o Plano Estratégico Ferroviário – PEF – é dia 28 de novembro de 2019, data da última reunião da comissão no mês corrente. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios das Sras. Cristiana Koliski Taguchi, procuradora da república do Ministério Público Federal (7/11/2019); Ana Gabriela Dias Cardoso, diretora corporativa de Comunicação e Relações Institucionais da Usina Siderúrgica de Minas Gerais – Usiminas; Daniela de Rezende Junqueira Bello, gerente-geral de Regulação e Relações Institucionais da MRS Logística S.A. (13/11/2019); e dos Srs. Antônio Leite dos Santos Filho, diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (13/11/2019); e Mario Rodrigues Junior, diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (17/11/2019); e Marcelo Almeida Pinheiro Chagas, diretor de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (21/11/2019). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que

compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.801/2019, dos deputados Doutor Jean Freire, Sávio Souza Cruz e Gustavo Mitre, em que requerem seja encaminhado ao ministro da Infraestrutura e ao presidente da República pedido de informações sobre a possibilidade de expansão de linha férrea de Vitória a Itaobim;

nº 5.802/2019, dos deputados Doutor Jean Freire, Gustavo Mitre e Sávio Souza Cruz, em que requerem seja encaminhado ao ministro da Infraestrutura e ao presidente da República pedido de informações sobre a existência de um plano de expansão das ferrovias e, em caso positivo, de envio de cópia desse plano à comissão;

nº 5.803/2019, dos deputados Doutor Jean Freire, Sávio Souza Cruz e Gustavo Mitre, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – e à Fundação Dom Cabral pedido de providências para que inclua no Plano Estratégico Ferroviário estudo de viabilidade e de planejamento do retorno da Ferrovia Bahia-Minas;

nº 5.804/2019, da deputada Delegada Sheila e dos deputados Gustavo Mitre e Sávio Souza Cruz, em que requerem que seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que o trecho de linha férrea entre Belo Horizonte e Rio de Janeiro, passando pela Zona da Mata mineira (antiga Linha Mineira), seja reativado para transporte de passageiros, tendo em vista sua inclusão no Plano Estratégico Ferroviário, e para que as obras necessárias sejam executadas no referido trecho;

nº 5.805/2019, dos deputados João Leite, Gustavo Mitre e Sávio Souza Cruz, em que requerem seja realizada visita à Fundação Dom Cabral, no Município de Nova Lima, para conhecer a equipe e o local de trabalho bem como acompanhar o andamento do Plano Estratégico Ferroviário de Minas Gerais, em desenvolvimento pela instituição;

nº 5.806/2019, dos deputados João Leite, Gustavo Mitre e Sávio Souza Cruz, em que requerem seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Juiz de Fora pedido de providências para que, em parceria com a empresa MRS Logística, proceda à melhoria da iluminação pública da ponte de ferro da Avenida Rivelli, no Bairro de Lourdes, que é utilizada como passagem pública de pedestres;

nº 5.807/2019, dos deputados João Leite, Gustavo Mitre e Sávio Souza Cruz, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para a inclusão, no Plano Estratégico Ferroviário, de estudo da viabilidade da integração do Distrito de Antônio Pereira, do Município de Ouro Preto, no projeto do Ferroanel de Belo Horizonte;

nº 5.808/2019, dos deputados Sávio Souza Cruz e Gustavo Mitre, em que requerem seja encaminhado ao DEER-MG pedido de providências para apurar denúncias de condições precárias em vários veículos das linhas 316R e 313M, principalmente em dias de chuva;

nº 5.809/2019, dos deputados Sávio Souza Cruz e Gustavo Mitre, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que realize a integração entre os terminais Sarzedo e Ibirité do transporte metropolitano, garantindo à população um deslocamento mais ágil e barato e contribuindo para uma melhor integração metropolitana;

nº 5.810/2019, dos deputados João Leite, Gustavo Mitre e Sávio Souza Cruz, em que requerem sejam encaminhadas à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade as notas taquigráficas da 14ª Reunião Extraordinária como subsídio à elaboração do Plano Estratégico Ferroviário, a cargo da Fundação Dom Cabral;

nº 5.811/2019, dos deputados João Leite, Gustavo Mitre e Sávio Souza Cruz, em que requerem seja realizada visita ao ramal ferroviário semiabandonado entre as Estações Barreiro e Eldorado, nos limites dos Municípios de Belo Horizonte e Contagem;

nº 5.812/2019, dos deputados João Leite, Gustavo Mitre e Sávio Souza Cruz, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para priorizar a análise, no Plano Estratégico Ferroviário, da implantação de trens de passageiros entre Conselheiro Lafaiete e Belo Horizonte, passando pelo Vale do Paraopeba, e entre as estações Barreiro, em Belo Horizonte, e Eldorado, em Contagem;

nº 5.814/2019, dos deputados João Leite, Gustavo Mitre e Sávio Souza Cruz, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, como subsídio à elaboração do Plano Estratégico Ferroviário, o Ofício nº 03/2019, da Associação Trem Bão de Minas – ATBM.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Cassia Paula Campos Costa, assessora de Relações Institucionais da VLI Logística; Ana Carolina Oliveira Senna Jeronymo, chefe da Unidade Ferroviária de Belo Horizonte – UFBEL –, representando o superintendente regional do Dnit no Estado de Minas Gerais; e Cristine Lasmar de Moura Resende, prefeita municipal de Oliveira; e os Srs. Flávio Henrique Rodrigues Pereira, gerente de Relações Institucionais da VLI Logística, representando o diretor-presidente da VLI; Aurélio Ferreira Braga, coordenador de Exploração da Infraestrutura Ferroviária da Unidade Regional da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT; José Barros Junior, chefe da Unidade de Oliveira da Superintendência Regional do Dnit no Estado, representando o superintendente regional do Dnit no Estado; Clóvis Eduardo Santos Castro, da equipe técnica do Dnit, representando o superintendente do Dnit no Estado; Chicre José Abud Neto, vice-prefeito municipal de Oliveira; Antônio Ananias de Sousa, Ederson de Souza da Silveira, Ronaldo de Paula Gonçalves, Marlon Aurélio Machado e José Renato de Oliveira, vereadores da Câmara Municipal de Oliveira; Lucas Lasmar de Moura Costa Resende, secretário municipal de Saúde de Oliveira; Daniel de Queiroz, procurador-geral do Município de Oliveira; Alex Vilela, secretário municipal de Desenvolvimento Econômico do Município de Oliveira; Ignácio Loyola Chaves Horta, analista de Infraestrutura – DNIT; Geraldo Nicacio Junior, presidente da Câmara Municipal de Oliveira; Luigid D' Angelo dos Santos, presidente do PSDB de Belo Horizonte; e Pedro Henrique Britto May Valadares de Castro, assessor jurídico. A presidência concede a palavra ao deputado Sávio Souza Cruz, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Registra-se a presença da deputada Andréia de Jesus (substituindo a deputada Marília Campos, por indicação da Liderança do BDL). Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.816/2019, dos deputados João Leite, Gustavo Mitre e Sávio Souza Cruz, em que requerem seja encaminhado à VLI Logística pedido de providências para a retirada de vagões e outros materiais abandonados no Município de Oliveira, bem como para a limpeza, capina e manutenção permanente da faixa de domínio do trecho ferroviário que corta o município;

nº 5.822/2019, dos deputados João Leite, Gustavo Mitre e Sávio Souza Cruz, em que requerem seja encaminhado à VLI Logística pedido de providências para a instalação de passagens de nível para o atendimento ao Bairros Oscar de Faria e para a ligação do Bairro das Graças ao Bairro Segredo, no Município de Oliveira;

nº 5.824/2019, dos deputados Sávio Souza Cruz, João Leite e Gustavo Mitre, em que requerem seja realizada audiência pública no Município de Oliveira para debater a situação precária da malha ferroviária que atravessa a localidade, de responsabilidade da concessionária Ferrovia Centro-Atlântica-VLI, bem como as obras necessárias para garantir a mobilidade diária da população da cidade, e para avaliar os resultados das ações acordadas durante a audiência pública realizada em 28/11/2019;

nº 5.825/2019, dos deputados Sávio Souza Cruz, João Leite e Gustavo Mitre, em que requerem seja encaminhado ao diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres pedido de informações consubstanciadas nos dados referentes às cargas transportadas na última década no ramal ferroviário que atravessa o Município de Oliveira, de responsabilidade da concessionária Ferrovia Centro-Atlântica;

nº 5.826/2019, dos deputados João Leite, Sávio Souza Cruz e Gustavo Mitre, em que requerem seja realizada visita aos trechos ferroviários de responsabilidade da concessionária Ferrovia Centro-Atlântica, no Município de Oliveira, para avaliar as condições da infraestrutura ferroviária e suas interfaces com a malha viária urbana da localidade;

nº 5.827/2019, dos deputados João Leite, Gustavo Mitre e Sávio Souza Cruz, em que requerem seja encaminhado ao presidente da Ferrovia Centro-Atlântica pedido de informações sobre os motivos pelos quais essa empresa não capta cargas no Município de Oliveira, uma vez que ela possui trechos ferroviários operacionais e há grandes empresas já em operação nessa localidade;

nº 5.828/2019, dos deputados João Leite e Sávio Souza Cruz e da deputada Andréia de Jesus, em que requerem seja encaminhado ao diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres pedido de informações sobre se houve o atingimento, pela concessionária Ferrovia Centro-Atlântica – FCA –, das metas regulatórias estipuladas no contrato de concessão assinado entre ela e a União, especificamente quanto aos trechos ferroviários do Município de Oliveira e entorno;

nº 5.829/2019, dos deputados João Leite e Sávio Souza Cruz e da deputada Andréia de Jesus, em que requerem seja encaminhado ao diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres e ao diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte pedido de informações sobre se há pedidos de devolução de trechos ferroviários que atravessam o Município de Oliveira, oficializados pela concessionária Ferrovia Centro-Atlântica, que abranjam os trechos ferroviários;

nº 5.830/2019, dos deputados João Leite e Sávio Souza Cruz e da deputada Andréia de Jesus, em que requerem sejam inseridos nos anais da Casa relatórios apresentados na 28ª Reunião Ordinária e as apresentações feitas nessa reunião, que demonstram o total abandono dos ramais ferroviários no Município de Oliveira.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 2019.

João Leite, presidente.

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PRÓ-FERROVIAS MINEIRAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 2/12/2019

Às 13h15min, comparecem no auditório do Fórum Cultural do Município de Ubá os deputados João Leite e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater, com os prefeitos e entidades da região, a retomada do transporte ferroviário. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. Edson Teixeira Filho, prefeito municipal de Ubá; André Louis Tenuta Azevedo, presidente do Instituto Cidades e diretor da ONG Trem; Taciano Oliveira da Silva, pró-reitor de Administração da Universidade Federal de Viçosa; José Manoel Ferreira Gonçalves, presidente da Ferro Frente; Marcílio Moreira Barros, prefeito municipal de São Geraldo; Virgílio Furtado, engenheiro da Rede Ferroviária; Roberto Willians, diretor da Escola Técnica Silva Freire; Rafael Hygino Tote, do Movimento Somos Todos Colônia; Jershon Ayres de Moraes, vice-presidente do Circuito Turístico Serras de Minas; e Antônio Pastori, coordenador da Associação Fluminense de Preservação Ferroviária. A presidência concede a palavra ao deputado Roberto Andrade, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de dezembro de 2019.

João Leite, presidente – Gustavo Mitre – Osvaldo Lopes.

**ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 2/12/2019**

Às 15h39min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Celise Laviola e Laura Serrano e os deputados Dalmo Ribeiro Silva, Bruno Engler, Charles Santos, Guilherme da Cunha e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Zé Reis, por indicação da liderança do BLP), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 4.604/2017 e 337 e 1.210/2019 são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento da deputada Celise Laviola aprovado pela comissão. São retirados da pauta ainda, a requerimento do deputado Bruno Engler, os Projetos de Lei nºs 36, 1.227 e 1.288/2019. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 46/2019 (relator: deputado Guilherme da Cunha), do Projeto de Lei Complementar nº 30/2019 (relatora: deputada Celise Laviola), e dos Projetos de Lei nºs 590/2019 (relator: deputado Charles Santos), 1.157 e 1.247/2019 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva); pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, na forma do Substitutivo nº 1, da Proposta de Emenda à Constituição nº 47/2019 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva) e do Projeto de Lei nº 3.102/2015 (relator: deputado Bruno Engler). O Projeto de Lei nº 1.146/2019 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva) é baixado em diligência à Secretaria de Estado de Saúde. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 1.212 e 1.254/2019 são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Bruno Engler, aprovado pela comissão. Após discussão e votação são aprovados os pareceres pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 1.310/2019 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva) e pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, com a Emenda nº 1, do Projeto de Lei nº 520/2019 (relator: deputado Charles Santos, em virtude de redistribuição), ambos em turno único. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2019.

Dalmo Ribeiro Silva, presidente – Zé Reis – Bruno Engler – Celise Laviola – Charles Santos.

**ATA DA 41ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 3/12/2019**

Às 10h6min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Betão, Coronel Sandro e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. A presidenta acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 141 e 236/2019, no 2º turno, e 836/2019, em turno único (deputada Beatriz Cerqueira); e 1.011/2019, em turno único (deputado Betão). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 1.688/2015 e 879 e 1.175/2019 são retirados da pauta por deliberação da comissão a requerimento da deputada

Beatriz Cerqueira. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.911/2015 e 141 e 236/2019 (relatora: deputada Beatriz Cerqueira); pela rejeição, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 394/2015 (relator: deputado Professor Cleiton); e 4.323/2017 (relatora: deputada Beatriz Cerqueira), registrando-se, nesse último, o voto contrário do deputado Coronel Sandro. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Professor Cleiton, que conclui pela rejeição do Projeto de Lei nº 564/2015, a presidenta defere o pedido de vista do deputado Coronel Sandro. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 4.184/2017, que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.903, 3.006, 3.135, 3.193, 3.697, 3.730, 3.735, 3.773, 3.778, 3.782 a 3.787, 3.810, 3.828, 3.850, 3.869, 3.905, 3.926, 3.928 a 3.930, 3.932, 3.933, 3.939, 3.941, 3.942, 3.978, 3.994, 4.014, 4.021, 4.029 e 4.037/2019. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.008/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 881/2019, do deputado Glaycon Franco, em que requer seja realizada audiência pública para debater as políticas públicas voltadas à educação em tempo integral no Estado, considerando a redução de estabelecimentos que oferecem esta modalidade de ensino;

nº 1.528/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja analisado, com brevidade, requerimento apresentado pela servidora Mirelle Ferreira Martins de Freitas relativamente à ampliação de sua jornada de trabalho de 24 horas semanais para 40 horas semanais, conforme previsto no art. 288 da Constituição do Estado;

nº 3.481/2019, do deputado Delegado Heli Grilo, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Segurança Pública para debater a estruturação da Escola Estadual Ordem e Progresso, instituição que pertence à estrutura orgânica da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais;

nº 5.471/2019, do deputado Bosco, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para implantação de Colégio Tiradentes em Araxá, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação, para atender os filhos de militares do 37º Batalhão da PMMG e demais membros da sociedade civil;

nº 5.552/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater as atuais condições da Escola de Música da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – câmpus Belo Horizonte;

nº 5.553/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater as atuais condições da Faculdade de Políticas Públicas da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – câmpus Belo Horizonte;

nº 5.554/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater as atuais condições do câmpus da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – em Abaeté;

nº 5.558/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater as atuais condições do câmpus da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – em Cláudio;

nº 5.559/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater as atuais condições do câmpus da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – em Diamantina;

nº 5.560/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater as atuais condições do câmpus da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – em Frutal;

nº 5.563/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater as atuais condições do câmpus da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – em Leopoldina;

nº 5.564/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater as atuais condições do câmpus da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – em Passos;

nº 5.565/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater as atuais condições do câmpus da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – em Poços de Caldas;

nº 5.566/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater as atuais condições do câmpus da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – em Ubá;

nº 5.573/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater a importância da literatura para a educação;

nº 5.575/2019, do deputado Betão e da deputada Beatriz Cerqueira, em que requerem seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de Antônio Dourico, líder da comunidade quilombola São Pedro de Cima, no Município de Divino;

nº 5.636/2019, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre o processo de absorção, pelos municípios, da oferta dos anos iniciais do ensino fundamental, que atualmente estão a cargo do Estado, ressaltando-se os seguintes questionamentos: 1 – Houve a análise da necessidade e viabilidade, caso a caso, da transferência de responsabilidade do Estado para os municípios?; 2 – A comunidade escolar e as prefeituras foram consultadas no processo?; 3 – Há a garantia de manutenção dos cargos dos servidores efetivos e designados?; 4 – Há algum estudo que demonstre a capacidade financeira e administrativa das prefeituras em ofertar o serviço sem a perda de qualidade do ensino?;

nº 5.647/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com Tainan Lopes da Silva, aluno da Escola Estadual Professora Edite Gomes, no Município de Turmalina, pelas conquistas alcançadas na 6ª Edição da Olimpíada de Língua Portuguesa, realizada em São Paulo (SP), e com a professora Paloma Carlean de Figueiredo Souza, orientadora do aluno;

nº 5.767/2019, do deputado Betão, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de Bruna Loures de Araújo;

nº 5.768/2019, do deputado Betão, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de Fabiana Filipino Coelho, em 20/11/2019, em Juiz de Fora;

nº 5.832/2019, do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre denúncias de fornecimento, por parte do Frigorífico Alvorada Eireli, durante o mês de novembro de 2019, de carne deteriorada ou estragada às escolas estaduais integrantes da Superintendência Metropolitana B;

nº 5.859/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizado debate público em Montes Claros com vistas ao fortalecimento da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes;

nº 5.867/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência de convidados para proceder à entrega de diploma referente ao voto de congratulações com os (as) alunos (as) da Escola Estadual Ilídio da Costa Pereira, localizada no Município de Divinópolis, bem como com os professores orientadores, pela conquista do 1º lugar na Mostra Técnica de Projetos – MTP –, realizada em Lima, no Peru, com a apresentação do projeto Irrigação Automática e Efícaz, sobre a irrigação sustentável na agricultura;

nº 5.870/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com os (as) alunos (as) da Escola Estadual Ilídio da Costa Pereira, localizada no Município de Divinópolis, bem como com os professores orientadores, pela

conquista do 1º lugar na Mostra Técnica de Projetos – MTP –, realizada em Lima, no Peru, com a apresentação do projeto Irrigação Automática e Eficaz, sobre a irrigação sustentável na agricultura;

nº 5.871/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja reaberto o plano de atendimento para o ano letivo de 2020 do Centro de Educação Profissional – CEP – Paulo Viana, localizado no Município de Teófilo Otôni, para a inclusão de novas turmas de cursos técnicos profissionalizantes, de acordo com as demandas da instituição;

nº 5.872/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, com a presença da secretária de Estado de Educação, do reitor da Universidade Estadual de Montes Claros e de representante da Associação dos Docentes da Unimontes – Adunimontes –, para apresentar as demandas resultantes da 37ª Reunião Extraordinária, que debateu os problemas enfrentados pela universidade;

nº 5.873/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a liberação de recursos financeiros referentes ao Termo de Compromisso nº 812225/2015, celebrado com a Escola Estadual de Manhuaçu (Escola Polivalente), localizada no Município de Manhuaçu, que tem por finalidade a realização de obras na unidade;

nº 5.874/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que os programas de promoção da aprendizagem na educação básica e as ações de formação de profissionais de educação desenvolvidos pela secretaria sejam realizados em parceria com a Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – e Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – em substituição às consultorias de instituições privadas que passaram a atuar no Estado em 2019;

nº 5.875/2019, da deputada Leninha e da deputada Beatriz Cerqueira, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências com vistas à criação de grupo de trabalho para propor aprimoramentos na estrutura de carreira e na remuneração dos profissionais de educação superior pública do sistema estadual de educação;

nº 5.876/2019, do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado ao governador e à Secretaria de Educação pedido de providências para que incluam o tema "Mudanças Climáticas" entre as disciplinas obrigatórias nas escolas públicas do Estado;

nº 5.877/2019, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja realizada audiência de convidados para a entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações por ele requeridos em 2019;

nº 5.878/2019, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater a municipalização do ensino nos primeiros anos nos Municípios de Coronel Fabriciano, Ipatinga, Santana do Paraíso e Tímoteo e suas implicações nas comunidades escolares e nos municípios.

É recebido pela presidência, submetido a votação e rejeitado o Requerimento nº 484/2019, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que a Escola Municipal José Antônio Junior, situada na Rua José Gabriel de Rezende, 765, Bairro Tereza Cristina, no Município de São Joaquim de Bicas, passe a funcionar sob o regime cívico-militar e seja regulamentada de acordo com as normas exigidas para essa finalidade. Em seguida, são aprovados os relatórios de visita às escolas estaduais localizadas nas comunidades quilombolas no Município de Brumadinho (realizada em 23/8/2019); ao Instituto René Rachou, unidade da Fiocruz em Minas Gerais – Fiocruz Minas (realizada em 19/8/2019); e à Escola Municipal Professor Paulo Freire, localizada no Bairro Ribeiro de Abreu, no Município de Belo Horizonte (realizada em 19/9/2019); que seguem publicados após as assinaturas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de dezembro de 2019.

Beatriz Cerqueira, presidenta – Professor Cleiton.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Local visitado: Instituto René Rachou – Fiocruz Minas

Apresentação

Atendendo ao Requerimento em Comissão nº 2.258/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia visitou, no dia 19/8/2019, o Instituto René Rachou – Fiocruz Minas –, com a finalidade de conhecer as instalações e as condições de funcionamento da instituição e, especialmente, as pesquisas desenvolvidas e o alcance social dos resultados dessas pesquisas.

Participou da visita a deputada Beatriz Cerqueira, presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, e a acompanharam Adelina Reis, do Instituto de Ciências Biológicas da UFMG, representando a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; a diretora do Instituto René Rachou, Zélia Profeta da Luz; Fausto Pereira Santos, médico e pesquisador da Fiocruz Minas; Ivanete Milagres Presot, coordenadora de Desenvolvimento Institucional da Fiocruz Minas, além de outros membros da equipe técnica, pesquisadores, chefes de laboratórios e líderes de grupos de pesquisa.

Relato

A visita ocorreu em duas etapas: na primeira, foi apresentada à deputada a história da instituição e sua estrutura organizacional, bem como a inserção do trabalho em rede desenvolvido pela Fiocruz no Brasil; na segunda, a deputada conheceu os principais projetos de pesquisa e os laboratórios da instituição.

A Fiocruz completou 119 anos em 2019 e, desde os anos 1970, o Instituto René Rachou – IRR –, criado há 64 anos em Minas Gerais, integra a rede de instituições da fundação, que é uma autarquia vinculada ao Ministério da Saúde. Essa rede é composta por institutos e escritórios regionais situados em diferentes Estados, além das unidades localizadas no Rio de Janeiro, com destaque para o Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos – Bio-Manguinhos – responsável pela pesquisa, inovação, desenvolvimento tecnológico e produção de vacinas, reativos e biofármacos para atender prioritariamente às demandas da saúde pública nacional; e o Farmanguinhos – o maior laboratório farmacêutico oficial vinculado ao Ministério da Saúde, que desenvolve e produz medicamentos essenciais para a população, buscando a redução de seus custos de produção.

De acordo com dados de 2018, a fundação tem 36 programas de mestrado e doutorado, além de 42 cursos de especialização *lato sensu*. Nela trabalham mais de 12 mil pessoas, nas 30 áreas de pesquisa, com 1.712 doutores em atuação. Já produziu mais de 118 milhões de doses de vacinas, além de milhões de reativos para diagnóstico, medicamentos, seringas e frascos de biofármacos; milhares de exames laboratoriais, análises de produtos de saúde, além de atendimentos a pacientes.

O Instituto René Rachou, unidade da Fiocruz Minas, é referência no Estado em pesquisa, desenvolvimento tecnológico, inovação e ensino na área de saúde pública e epidemiologia. No IRR trabalham 177 servidores e 390 pesquisadores. Entre os pesquisadores, 205 são estudantes vinculados à pesquisa acadêmica. Esses pesquisadores são membros das equipes dos 23 grupos de pesquisa credenciados, seis serviços de referência em saúde – um dos quais tem um ambulatório de atendimento para pacientes com quaisquer das formas de leishmanioses –, quatro coleções¹, nove plataformas tecnológicas e dois programas de pós-graduação *stricto sensu* – em Ciências da Saúde e em Saúde Coletiva. Há também um posto avançado no Município de Bambuí, criado para pesquisa em controle da Doença de Chagas. Destacamos ainda o Programa de Vocação Científica – Provoc –, criado para incentivar o estudo de ciências, cujos bolsistas são estudantes de escolas públicas do ensino médio atuando no IRR.

Entre os serviços de referência que a Fiocruz Minas oferece ao SUS se destacam: os relativos à doença de Chagas; diagnóstico humano, estudos com vetores e atendimentos de pacientes com as diferentes formas de leishmaniose; diagnóstico da esquistossomose humana e identificação dos moluscos transmissores da doença. Na pesquisa aplicada à saúde, o IRR realizou o isolamento e o sequenciamento do zika vírus, a identificação no líquido amniótico e a sua presença ativa no cérebro de feto microencefálico. A atuação dos especialistas em febre amarela e as pesquisas conduzidas no IRR foram determinantes para o controle da doença, em especial no surto de 2017/2018. Além disso, para a Organização Mundial de Saúde, o IRR é um centro de pesquisa colaborador na avaliação de pesticidas.

Atualmente, todos esses processos e pesquisas estão ameaçados de serem inviabilizados em decorrência do corte de recursos na área de ciência e tecnologia. Se, por um lado, o Ministério da Saúde tem mantido os recursos para a manutenção das atividades de rotina da instituição, o corte nas verbas destinadas a bolsas de pesquisas tem forte impacto na formação de pesquisadores e na própria existência e condução da pesquisa científica no Brasil, o que não é diferente no âmbito do trabalho no IRR.

Zélia Profeta, diretora do instituto, também apresentou, durante a visita, o projeto da nova sede da Fiocruz Minas no BH-TEC². A construção é necessária porque o espaço atual do IRR é insuficiente para abarcar toda a complexa rede de laboratórios, plataformas, coleções e programas de ensino da instituição.

Laboratório e ambulatório de referência em leishmanioses

O ambulatório atende diretamente o público, constituído sobretudo de pacientes do interior do Estado, além de realizar testes diagnósticos de situações de alta complexidade da Região Metropolitana de Belo Horizonte. São aproximadamente 1.200 consultas e mais de 120 diagnósticos a cada ano, pois a identificação das formas da doença ainda não é realizada de forma descentralizada. O laboratório é referência técnica também no controle da toxicidade do tratamento nas unidades de saúde e pesquisa e em novas opções terapêuticas menos tóxicas para os pacientes, como a terapia de infiltração. Além disso, realiza ensaios clínicos para melhorar a detecção da doença e oferece formação de profissionais de saúde. Também identifica as áreas de infestação, por meio de Mapa de Risco.

Chama a atenção estudo realizado na área indígena Xacriabá, em São João das Missões, no Norte do Estado, com o desenvolvimento de material educativo próprio, elaborado com a participação dos indígenas.

A principal forma de transmissão do parasita para o homem é por meio da picada de fêmeas de dípteros da família Psychodidae, subfamília Phebotominae, conhecidos genericamente por flebotomíneos. Por isso, o IRR produz e mantém, para uso em pesquisa, flebotomíneos, em uma de suas quatro coleções.

Plataforma de citometria de fluxo – estudos sobre febre amarela

Os equipamentos da plataforma são empregados em uma série de procedimentos importantes para a realização de métodos de diagnóstico e monitoramento de diferentes patologias incluídas no painel de doenças negligenciadas, bem como doenças crônico-degenerativas, além de serem importantes para ampliar a estrutura disponível na realização de bioensaios em larga escala.

A plataforma permitiu, além de estudos sobre reações adversas à vacina – que esclareceram situações noticiadas na mídia e reforçaram a sua segurança –, estudos que propiciaram a decisão dos órgãos de saúde pública no fracionamento das doses da vacina e ampliação da cobertura vacinal para deter o último surto da doença. Por meio dela são conduzidas pesquisas acerca da memória imunológica em resposta à vacina, tanto em adultos como em crianças.

Os pesquisadores do instituto também desenvolvem estudos sobre a resposta imune à vacina de febre amarela em pessoas com doenças autoimunes, tendo detectado o impacto positivo da vacinação na própria condição inflamatória de algumas dessas doenças.

Laboratório de helmintologia e malacologia médica e a coleção de malacologia médica

O laboratório de helmintologia e malacologia médica e a coleção de malacologia médica, com cerca de 15 mil exemplares, são referências do Ministério da Saúde no estudo de moluscos, além de desenvolver diversos trabalhos na vigilância epidemiológica da esquistossomose.

A esquistossomose é uma doença causada pelo *Schistosoma mansoni*, parasita que tem no homem seu hospedeiro definitivo, mas que necessita de caramujos de água doce como hospedeiros intermediários para desenvolver seu ciclo evolutivo.

O IRR, por meio dessa coleção e do laboratório, busca fortalecer a relação entre pesquisa, educação e saúde, possibilitando estudo, documentação de moluscos de importância médica e veterinária, formação de recursos humanos, permuta de materiais com outras instituições e manutenção do acervo com representantes de moluscos de importância médica, além de colaborar na elaboração de programas de controle de doenças junto aos órgãos de saúde.

***Aedes aegypti* – pesquisa de referência em arbovírus**

Desde que o mosquito *Aedes aegypti* passou a transmitir, além da dengue, a zika e a febre chikungunya, as dúvidas a respeito dessas doenças se multiplicaram. O Serviço de Referência de Arbovírus da Fiocruz realiza diagnóstico diferencial por meio de ferramentas sorológicas, moleculares e de virologia, além de desenvolver novas ferramentas laboratoriais e de inovação tecnológica para a investigação dessas doenças. Realiza também cultivo e experimentos em sequenciamento genético.

Os estudos têm apontado, por exemplo, que a zika é a doença prevalente quando o mosquito transmissor está infectado também com a dengue. Essa e outras pesquisas auxiliam a tomada de decisão pelas autoridades em saúde pública e podem ser decisivas na diminuição dos custos e otimização dos recursos empregados no combate a essas doenças, além de favorecerem a saúde da população em geral.

Seminário Desastre da Vale S/A em Brumadinho: Seis Meses de Impactos e Ações

O IRR integra o conjunto de instituições públicas que atuam em temas relacionados a catástrofes, bem como o de centros e núcleos de pesquisa com atuação nos eventos relacionados a mineração. O seminário propôs a realização de balanço dos impactos, dos riscos e as ações realizadas durante os seis meses após o rompimento da barragem da mineradora no Município de Brumadinho.

Conclusão

A deputada Beatriz Cerqueira pôde constatar a importância das atividades de pesquisa, produção de conhecimento e formação de pesquisadores realizadas pelo Instituto René Rachou – Fiocruz Minas – e sua relevância para o fortalecimento do SUS e melhoria da saúde dos mineiros. Também ficou evidente o impacto potencialmente catastrófico da redução do investimento em ciência e tecnologia e na saúde pública no Brasil.

A parlamentar reafirmou a importância estratégica de dar a conhecer os trabalhos da instituição – como os de outras instituições científicas atuantes no Estado – para que a sociedade civil saiba a importância da pesquisa científica e o valor do conhecimento daí resultante, dentro da estratégia desta comissão de valorização da pesquisa e da ciência em Minas Gerais.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2019.

Beatriz Cerqueira, relatora.

¹As quatro Coleções Biológicas (Coleção de Vetores da Doença de Chagas, de Flebotomíneos, de Malacologia Médica e de Mosquitos Neotropicais) sob o cuidado da Fiocruz Minas mantêm milhões de amostras, conjunto que representa uma das mais completas coleções zoológicas da América Latina. Fonte: Fiocruz em números (2018).

²O BH-TEC – Parque Tecnológico de Belo Horizonte é uma associação civil de direito privado, de caráter científico, tecnológico, educacional e cultural, sem fins lucrativos, que funciona como um ambiente de negócios abrigoando empresas que se dedicam a investigar e produzir novas tecnologias e centros públicos e privados de pesquisa&desenvolvimento.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Locais visitados: Escola Estadual Paulina Aluotto Ferreira e Escola Municipal de Educação Infantil Ilza Maria Resende Souza, em Brumadinho

Apresentação

Atendendo ao Requerimento em Comissão nº 285/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia visitou no dia 23/8/2019, a Escola Estadual Paulina Aluotto Ferreira e, extensivamente, a Escola Municipal de Educação Infantil – Emei – Ilza Maria Resende Souza, localizadas no Município de Brumadinho, com a finalidade de verificar as condições de funcionamento das unidades escolares e, especificamente, as consequências do rompimento da barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho, no cotidiano das escolas.

Participou da visita a deputada Beatriz Cerqueira e a acompanharam Rosa Maria da Silva Reis, responsável pela Superintendência Regional de Ensino – SRE – Metropolitana A; Sônia Aparecida Barcelos, secretária municipal de Educação de Brumadinho; Henrique Mourão, diretor financeiro da SRE Metropolitana A; Maria Celeste de Miranda, diretora estadual do SindUte; e Lilian Paraguai, professora e diretora do SindUte – subsede Brumadinho.

Relato

A Escola Estadual Paulina Aluotto Ferreira, localizada no Município de Brumadinho, oferece ensino médio e educação de jovens e adultos e atende, segundo informação do Sistema de Monitoramento da Aprendizagem – Simave –, 516 alunos do ensino médio regular e 80 alunos da educação de jovens e adultos em 17 turmas.

Durante a visita, a deputada Beatriz Cerqueira esclareceu que a presença de representação do Poder Legislativo Estadual na escola tinha a finalidade de realizar um acompanhamento institucional do processo de recuperação do trauma causado pelo rompimento da barragem, que vitimou 272 pessoas. É preciso reconhecer que a escola é a caixa de ressonância da sociedade e os efeitos do luto que se abateu sobre a população de Brumadinho impactam sobremaneira o ambiente escolar.

A visita teve quatro fases distintas. Nas três primeiras, a deputada se dedicou à escuta de membros da comunidade escolar na Escola Estadual Paulina Aluotto Ferreira – primeiro, dos trabalhadores da unidade de ensino; depois, dos estudantes; por fim, dos gestores da escola e dos gestores das redes municipal e estadual de ensino. A etapa final foi uma visita à Escola Municipal de Educação Infantil – Emei – Ilza Maria Resende Souza.

1) Escuta dos trabalhadores da Escola Estadual Paulina Aluotto Ferreira

Os trabalhadores da escola expressaram grande preocupação com as consequências socioeconômicas para a cidade do rompimento da barragem do Córrego do Feijão, crime cometido pela empresa Vale S.A. Relataram vários transtornos advindos das operações da Vale no município após o rompimento da barragem: intensificação do tráfego de automóveis e caminhões e consequente aumento da poluição do ar, que tem provocado maior incidência de doenças respiratórias e afecções de pele na população; afluência de grande contingente de trabalhadores de outras localidades, que passaram a residir no município, o que inflacionou o mercado imobiliário e tem pressionado a oferta de serviços públicos.

Outro motivo de preocupação é o término iminente do pagamento do auxílio emergencial às famílias. Decisão judicial em ação civil pública determinou o pagamento da verba emergencial às famílias até janeiro de 2020, e seu término poderá reduzir a circulação de dinheiro na cidade, levando ao desemprego e à diminuição da renda das famílias.

Segundo informação dos trabalhadores, a grande maioria dos membros da comunidade escolar perdeu familiares e amigos na tragédia e cinco alunos perderam um dos pais. Eles expressaram grande preocupação com a saúde mental e psicológica dos alunos e relataram casos de automutilação e tentativa de suicídio.

Ainda segundo os trabalhadores presentes, no primeiro mês após a tragédia, cada escola do município contou com a presença de um psicólogo para acompanhar alunos e trabalhadores e identificar os casos que precisariam ser encaminhados para a rede de atenção à saúde. Após esse primeiro momento, entretanto, não foi criado protocolo específico para acompanhamento da comunidade escolar e falta suporte na rede estadual de educação aos docentes que desempenham a árdua tarefa de lidar com os jovens que necessitam de apoio psicológico.

Foram apresentadas ainda demandas de adequação e reparo da infraestrutura da unidade de ensino. Entre elas destacamos a necessidade de obras para garantir a acessibilidade de pessoas com deficiência, a instalação de saídas de emergência para eventual necessidade de evacuação do segundo andar do prédio e reparo das instalações elétricas da unidade de ensino.

2) Escuta dos alunos da Escola Estadual Paulina Aluotto Ferreira

No segundo momento da visita, a deputada Beatriz Cerqueira esteve reunida com grande número de alunos no pátio da escola, que se revezaram ao microfone trazendo suas questões as quais passamos a citar.

– Papel da escola na assistência aos alunos no contexto do crime do rompimento da barragem: citando o próprio exemplo, uma aluna declarou que para ela e muitos outros estudantes, a escola é onde acontece uma compensação do ambiente de luto vivenciado no ambiente familiar após o crime e que, por isso, é preciso garantir as condições para que escola seja um espaço cada vez mais acolhedor para todos.

– Saúde mental e psicológica dos jovens: uma das alunas falou sobre o aumento dos distúrbios mentais entre a população jovem e explicitou a necessidade de um trabalho sistemático e efetivo para assistência psicológica no ambiente escolar.

– Questionamentos do modelo de educação de tempo integral oferecida na escola: as críticas ao modelo pedagógico de tempo integral da escola foram recorrentes nas falas de diversos alunos. Muitos deles discordam da obrigatoriedade da permanência na escola no contraturno, pois essa modalidade inviabiliza a possibilidade do exercício do trabalho, aspecto importante para a população dessa faixa etária. Foram demandadas adaptações na oferta do tempo integral por meio da possibilidade de que somente parte das turmas seja de tempo integral, garantindo-se maior liberdade de escolha sem a necessidade de mudança de escola, ou oferta do tempo integral em dias intercalados. Foi solicitado ainda que o processo de escolha dos cursos e atividades a serem ofertados no contra turno seja mais democrático, com a garantia da participação dos alunos, que sejam dadas mais opções de cursos e atividades, destacadamente atividades esportivas e culturais e que as atividades no contra turno sejam diferenciadas da educação ofertada no horário regular.

– Demandas por melhores condições de infraestrutura: diversos alunos aproveitaram a oportunidade para demandar melhorias nas instalações físicas da escola, entre as quais destacamos a manutenção e reforma de instalações elétricas danificadas, acesso à internet para uso dos alunos e instalação de saída de emergência acessível para o segundo andar do prédio. Foram recorrentes também reclamações sobre o tamanho das turmas, que estariam muito cheias e, com isso, o trabalho dos professores estaria sendo prejudicado. Alguns relatos deram conta de que a lista de presença de algumas turmas continham cerca de 50 nomes.

Por fim, destacamos a fala de um dos estudantes, que reconheceu e elogiou o trabalho desenvolvido pela equipe pedagógica da escola e relatou o esforço dos profissionais em cultivar uma relação de proximidade, acolhimento e atenção com alunos.

3) Escuta dos gestores da escola e das redes municipal e estadual de educação

A superintendente regional de ensino destacou o processo de transição da gestão da rede estadual, relatando que tanto ela quanto a diretora da escola assumiram os cargos muito recentemente. Desse modo, não houve tempo hábil para o enfrentamento de muitas questões trazidas até aquele momento pelos presentes.

A ausência do diretor da escola, bem como de outros integrantes da equipe pedagógica na visita, foi justificada pelo fato de estarem em atividade de formação da Secretaria Estadual de Educação.

A secretária municipal de Educação relatou as diversas ações de formação dos profissionais de educação realizados no âmbito do pacto “Aliança por Brumadinho”. Na área da educação, as ações estão sendo realizadas em parceria com a Fundação Pitágoras, braço social do grupo Kroton, que oferece para as escolas a implantação de uma metodologia de gestão que conta com material didático específico e a realização de um programa de desenvolvimento de competências socioemocionais dos jovens, visando a melhoria dos indicadores educacionais do município e a redução da evasão escolar.

Com relação ao tamanho das turmas, a representante da gestão da escola informou que, na prática, não existem turmas com mais de 44 alunos e que as listas de presença podem conter um número maior por estarem desatualizadas.

O diretor financeiro da SRE apresentou relatório dos termos de compromisso da escola que se encontram em aberto, o qual reproduzimos a seguir.

Termo	Finalidade	Valor R\$	Observação
811526/2015	Manutenção e conservação predial	36.289,86	Não pago
794024/2015	Desenvolvimento de projeto pedagógico	25.000,00	Não pago
808655/2015	Catálogo literário	7.990,00	Não pago
869097/2017	Compra de peças – reposição de equipamento de informática	2.000,00	Não pago
865553/2017	Compra de peças – reposição de equipamento de informática	4.000,00	Não pago
872594/2017	Mobiliário e equipamento (emenda parlamentar)	10.000,00	Não pago
878682/2018	Feitura e ampliação de rede lógica e elétrica	25.000,00	Não empenhado
881644/2018	Compra de equipamentos de informática	5.000,00	Não empenhado
885232/2018	Elaboração de projeto de incêndio e pânico	9.741,06	Não empenhado
787581/2015	Reforma do muro de divisa	179.593,77	Obra autorizada no âmbito do projeto “Mãos a obra”. Aguarda renovação do processo licitatório, uma vez que as primeiras colocadas não têm mais interesse em executar a obra.
832252/2016	Projeto elétrico	9.898,00	Obra licitada – aguardando liberação

			financeira
832417/2016	Reforma dos banheiros	106.975,46	Obra licitada – aguardando liberação financeira
859572/2017	Pintura Geral	86.738,21	Obra licitada – aguardando liberação financeira

4) Visita à Escola Municipal de Educação Infantil Ilza Maria Resende Souza – Emei

Por convite da secretária municipal de Educação, a visita se estendeu à Escola Municipal de Educação Infantil – Emei – Ilza Maria Resende Souza, que se localiza bastante próxima à escola estadual.

Segundo informação da diretora, a Emei atende crianças de 2 a 4 anos – 79 no turno da manhã e 99 no turno da tarde – e 80% dos alunos frequentam a escola em tempo integral.

Após verificar as condições das instalações físicas da escola, a deputada Beatriz Cerqueira conversou com a equipe de profissionais, que se disseram orgulhosas do seu ofício.

Uma das professoras destacou o trabalho de educação ambiental, que vem desenvolvendo com seus alunos, centrado no desenvolvimentismo da consciência ecológica em contraposição aos efeitos do desastre ambiental ocorrido no município.

Conclusão

A Comissão de Educação Ciência e Tecnologia concluiu que a visita cumpriu sua finalidade de verificar as condições da escola e de apreender os efeitos do rompimento da barragem no ambiente educacional. Foi possível perceber que o acompanhamento, pela comissão, do processo de recuperação dos danos é medida oportuna que pode contribuir para a mitigação dos efeitos nefastos do crime para a juventude do município. Identificou também a necessidade de promover discussões sobre o papel da escola na prevenção da saúde mental dos jovens no âmbito do Poder Legislativo

Constatou ainda a necessidade de requerer à Secretaria de Estado de Educação a criação de um protocolo específico para assistência psicológica nas escolas de Brumadinho e o atendimento das demandas de melhorias de infraestrutura na Escola Estadual Paulina Aluotto Ferreira descritas neste relatório.

Por fim, a comissão percebeu ser necessário realizar visita a outras escolas do município, estabelecendo, desse modo, o compromisso de acompanhar ativamente o processo de reparação dos danos causados pela Vale.

Diante do que foi observado, esta comissão, por meio de requerimentos, recomenda o seguinte:

- 1) realização de audiência pública sobre o papel da escola na prevenção da saúde mental dos jovens;
- 2) pedido de providência à Secretaria de Estado de Educação para a oferta de assistência psicológica às escolas de Brumadinho, para execução dos termos de compromisso discriminados neste relatório e para a realização de obras de acessibilidade e instalação de saída e emergência no prédio da Escola Estadual Paulina Aluotto Ferreira;
- 3) realização de visita desta comissão nas Escolas Estaduais Abelardo Duarte Passos e Paulo Neto Alkimim, em Brumadinho.
- 4) reavaliação de parceria com a iniciativa privada, uma vez que esta terá acesso a informações e diagnósticos que devem ficar restritos ao sistema público.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2019.

Beatriz Cerqueira, relatora.

RELATÓRIO DE VISITA**Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia****Local visitado: Escola Municipal Professor Paulo Freire, em Belo Horizonte****Apresentação**

Atendendo ao Requerimento em Comissão nº 3.900/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia visitou no dia 19/9/2019, a Escola Municipal Professor Paulo Freire, localizada no Município de Belo Horizonte, com a finalidade de conhecer o projeto político-pedagógico desenvolvido pela escola.

Participou da visita a deputada Beatriz Cerqueira e a acompanharam Adriana Viana de Souza, diretora da escola visitada; Solange Moura da Silva Mol, vice-diretora; Isabel Siqueira, coordenadora-geral; e Ana Pascoal, ex-vereadora e assessora do vereador Arnaldo Godoy.

Relato

De acordo com informações fornecidas pela diretora e pela coordenadora-geral da escola, Adriana Viana e Isabel Siqueira, a Escola Municipal Professor Paulo Freire, localizada no Bairro Ribeiro de Abreu, em Belo Horizonte, oferece ensino fundamental – anos iniciais e finais –, educação de jovens e adultos – EJA – e educação especial, atendendo atualmente 850 alunos. Desse total, 70 alunos adultos frequentam o turno noturno, distribuídos em turmas de alfabetização e certificação, e 50 crianças e adolescentes apresentam algum tipo de deficiência ou déficit de aprendizagem. No que se refere ao atendimento de alunos com deficiência, a Escola Municipal Professor Paulo Freire é a unidade da rede municipal que inclui o maior número de alunos nessa condição em classes comuns, mas oferece também o Atendimento Educacional Especializado – AEE – no contraturno.

O estabelecimento de ensino é participante do programa Escola Integrada, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, ao qual a adesão é voluntária. São atualmente 347 alunos do ensino fundamental matriculados na escola integrada e as atividades desenvolvidas no contraturno são coordenadas por 18 monitores. O número médio de alunos por turma é de 25 nos anos iniciais do ensino fundamental na educação integrada e 30, nos anos finais. Há 40 docentes trabalhando na instituição.

A escola iniciou suas atividades em sede própria em 2001 e atende, além do Bairro Ribeiro de Abreu, localizado na divisa com o Município de Santa Luzia, as comunidades dos loteamentos e ocupações no entorno do bairro, designadas Montes Claros, Paulo Sexto e Beira-Linha, abrangendo uma população aproximada de 40 mil pessoas na região. A movimentação de alunos é intensa, segundo a diretora, em razão de parte dessa população residir em áreas não regularizadas nos órgãos competentes e, portanto, não urbanizadas, com acessos precários ou inexistentes aos serviços de fornecimento de água e energia elétrica. Além disso, o tráfico de drogas representa um risco constante à continuidade do vínculo com a escola, contribuindo para o abandono escolar. Por esse motivo, o projeto político-pedagógico adotado enfatiza a importância de manter os alunos na escola, especialmente aqueles em condição de maior vulnerabilidade, envolvidos com as atividades escolares em período integral. A oferta de alimentação durante todo o período de permanência na escola, inclusive para os alunos dos cursos noturnos, também é uma das estratégias para o atendimento de qualidade que a escola proporciona.

O prédio da escola dispõe de 13 salas de aula, pátio, áreas de lazer para os alunos, quadra poliesportiva coberta, laboratório de informática, cozinha e refeitório, biblioteca, além de dependências para uso dos professores e demais servidores. Nos fundos do prédio há um terreno de 1,5mil m² que foi doado para a escola e aguarda a conclusão de processo de regularização na prefeitura.

A data escolhida para a visita, 19/9, é a de nascimento do filósofo e educador Paulo Freire, que dá nome à escola. De acordo com a deputada Beatriz Cerqueira, o método Paulo Freire, referência do trabalho desenvolvido na escola, privilegia as tradições e as raízes culturais da comunidade onde está inserido o aluno.

A deputada Beatriz Cerqueira foi recebida pela diretora Adriana em sua sala, que posteriormente conduziu os visitantes às demais dependências da escola. Primeiramente foi exibido um vídeo em que educadores da escola compartilham informações relativas à sua trajetória histórica, ao contexto social em que esta está inserida e às experiências pedagógicas desenvolvidas. Foram relatados os desafios encontrados na sua missão, as experiências de sucesso e a relação de proximidade com os alunos e com a comunidade. Destacou-se a importância das atividades culturais, esportivas, de lazer e da educação ambiental na promoção do desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos alunos.

Para os educadores da escola, que abraçaram os princípios da educação integral, promover o contato do aluno com saberes distintos das áreas de conhecimento do currículo escolar, por meio de oficinas práticas, amplia suas possibilidades de desenvolvimento em diversas dimensões, promovendo a consciência corporal, o aprimoramento das relações de convívio e o despertar de novas habilidades.

Foi enfatizada também a importância de estender as ações da escola à comunidade, integrando-a no seu cotidiano. Por estar localizada em área de vulnerabilidade social, o acolhimento e assistência ao aluno, com oferta de alimentação de qualidade e oportunidade de permanência na escola, são os diferenciais que asseguram a inclusão educacional dos alunos em situação de desvantagem socioeconômica. Da mesma forma, os estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem recebem um cuidado diferenciado.

Em seguida os visitantes percorreram as dependências da escola e ouviram os esclarecimentos da diretora Adriana Viana e de outros colaboradores sobre as questões de interesse da escola. O prédio é dotado de ótima infraestrutura e amplos espaços de circulação; dispõe de uma sala de informática – aberta à comunidade – áreas para o cultivo de horta, orquidário e jardim, onde são ministradas as oficinas de educação ambiental; salas para atividades de educação integrada.

A comissão visitou uma turma de alunos do 3º ano do ensino fundamental que apresentam dificuldades no processo de alfabetização. A diretora esclareceu que uma professora com perfil estava conseguindo resgatar o seu potencial de aprendizado. Diante da turma, a deputada Beatriz Cerqueira explicou o motivo da visita e falou um pouco sobre o trabalho da Comissão de Educação. Em seguida, a comissão visitou outras turmas.

A monitora Adalgiza Laura Correia relatou o trabalho desenvolvido nas oficinas de cultivo de hortaliças e um pouco da história da escola, uma vez que ela acompanhou sua trajetória desde o início. Esclareceu que as oficinas priorizam os princípios da alimentação saudável, a sustentabilidade e a valorização do fruto do trabalho diário. Parte do que é produzido é comercializado e os recursos auferidos são investidos na própria escola.

Segundo Adalgiza e também Ana Pascoal, assessora do vereador Arnaldo Godoy e moradora do bairro há 50 anos, a construção da escola é resultado de um longo período de lutas da comunidade. Suas atividades, iniciadas em 1994, foram abrigadas primeiramente em uma creche que já funcionava no bairro. Após alguns anos o terreno foi doado para a construção, mas a prefeitura demorou a assumir a obra como prioridade. Somente em 2001 a escola foi inaugurada. Em 2006 tiveram início as atividades escolares em período integral, nas quais a Escola Municipal Professor Paulo Freire foi pioneira. Foi necessário um período de adaptação da comunidade à presença da escola, mas hoje há uma ótima sinergia entre elas.

Na quadra de esportes, a diretora reuniu todos os alunos presentes na escola para recepcionar a deputada Beatriz, que teve a oportunidade de falar para os estudantes e funcionários sobre a satisfação de conhecer e divulgar a experiência de sucesso da escola no dia do nascimento de Paulo Freire, considerando o significado e importância dessa data. Falou também acerca do papel de representatividade do deputado estadual na defesa dos interesses da educação. Em seguida, os alunos cantaram, em coro, o Hino a Paulo Freire.

Para homenagear o educador, a escola implementou a Semana Paulo Freire, no período de 14 de agosto a 30 de setembro, da qual fez parte a visita da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

A visita foi finalizada na sala da Diretoria, onde Adriana de Souza agradeceu aos presentes e reafirmou o compromisso da escola com o bem-estar dos alunos em todos os aspectos, incluindo o cuidado pessoal, o acolhimento familiar, a alimentação, a participação em atividades lúdicas e o resgate social. A deputada Beatriz Cerqueira agradeceu a receptividade e afirmou que a visita foi um grande aprendizado e que é importante difundir experiências educacionais de êxito como essas desenvolvidas pela escola.

Conclusão

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia considerou que foi cumprida, com excelência, a finalidade que motivou a visita à Escola Municipal Professor Paulo Freire, e se comprometeu a trabalhar para que exemplos como essa escola possam ser divulgados na comunidade educacional, de forma a inspirar outras experiências de sucesso.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2019.

Beatriz Cerqueira, relatora.

ATA DA 46ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 3/12/2019

Às 11h27min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, Delegado Heli Grilo e João Leite, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.856/2015 (relator: deputado João Leite) na forma do vencido no 1º turno. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.809, 3.813, 4.017, 4.026, 4.042, 4.046, 4.048, 4.050, 4.052, 4.054, 4.056, 4.059, 4.062, 4.063, 4.066, 4.071, 4.076, 4.077, 4.079 e 4.080 a 4.083/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.794/2019, do deputado Delegado Heli Grilo, em que requer seja formulado voto de congratulações com o delegado Cyro Outeiro Pinto Moreira, o delegado regional Rodolfo Rosa Domingos, o chefe de departamento Francisco Eduardo Gouvêa Motta, os investigadores Marco Túlio de Moraes Mio, João Carlos de Souza Pires, Simone de Souza Higino e Silvia Lobianco e o escrivão Denilson Luiz de Deus pela operação realizada em Uberaba que resultou na prisão de dois suspeitos de homicídio e na localização do corpo da vítima, que estava desaparecido;

nº 5.839/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e ao Comando da 187ª Companhia do 66º Batalhão da 2ª Região da Polícia Militar em Betim pedido de providências para que seja concedida promoção por ato de bravura ao Cb. PM Leonardo Vieira de Souza, ao Sd. PM Caique Vinicius Mendes Gonçalves, ao Sd. PM Gustavo Henrique Santos de Lima, ao Cb. PM Junio Nixon de Souza, ao 2º-Ten. PM Henrique Cesar Barcellos de Souza, ao 2º-Sgt. PM Gilmar de Sa Torres, ao 3º-Sgt. PM João Francisco de Souza Freitas e ao Sd. PM Alan Barbosa de Sousa pelo salvamento, no dia 11/9/2019, de vítimas de um incêndio em uma residência;

nº 5.840/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento Penitenciário de Minas Gerais – Depen-MG – pedido de providências para restabelecer a escala de 24 horas por 72 horas antes adotada no presídio de Mantena, a qual foi substituída pela escala de 12 horas por 36 horas, dia sim, dia não, após a ocorrência de fuga na unidade, supostamente como medida de punição aos agentes de segurança penitenciários, salientando-se que o episódio

mencionado ocorreu em 21/10/2019 e até o momento a unidade não recebeu a visita de representantes da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública para avaliar a precariedade do referido presídio nem foram adotadas medidas para aumentar a segurança local;

nº 5.843/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater a Portaria nº 1.911, de 2019, do Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG –, especificamente quanto ao procedimento para vistoria de identificação veicular, uma vez que foram encaminhadas diversas mensagens à comissão dando conta de suposto tratamento diferenciado entre despachantes e concessionárias;

nº 5.863/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater as experiências exitosas de mapeamento e combate à criminalidade originárias da integração entre os órgãos de segurança pública no Estado;

nº 5.864/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para repor o quadro de servidores da 3ª Delegacia de Polícia Civil de Belo Horizonte, que conta apenas com um delegado, dois escrivães e sete investigadores, ressaltando-se que, diante do elevado número de inquéritos policiais que tramitam na unidade – 2.800 procedimentos –, deveria contar com quatro delegados, quatro escrivães e vinte investigadores;

nº 5.865/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para disponibilizar viaturas policiais adequadas para a 3ª Delegacia da Polícia Civil de Belo Horizonte, que atualmente conta apenas com veículos em péssimo estado de conservação (tanto as viaturas caracterizadas, quanto as descaracterizadas), e nenhum deles possui compartimento para acomodar pessoas detidas (xadrez);

nº 5.866/2019, dos deputados Sargento Rodrigues, Antonio Carlos Arantes, Delegado Heli Grilo e João Leite, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a obrigatoriedade de realização de exames toxicológicos para o ingresso e a permanência nas universidades públicas;

nº 5.868/2019, dos deputados João Leite, Sargento Rodrigues e Delegado Heli Grilo, em que requerem seja encaminhado ao secretário Municipal de Cultura pedido de informações sobre o imóvel localizado na Rua Guaicurus, no centro de Belo Horizonte, destinado a abrigar um museu de prostituição, principalmente se se trata de imóvel doado, e, em caso afirmativo, com envio à comissão de cópia do instrumento de doação;

nº 5.869/2019, dos deputados Sargento Rodrigues, Delegado Heli Grilo e João Leite, em que requerem seja encaminhado ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais pedido de providências para intervir com vistas à estrita observância das competências das comissões permanentes, previstas no art. 102 do Regimento Interno desta Casa, tomando como exemplo audiência pública (Requerimento em Comissão nº 4.508/2019), que teve como finalidade debater as reiteradas violações de direitos humanos da população atingida pela monocultura do eucalipto no Vale do Jequitinhonha, bem como os conflitos socioambientais e impactos negativos do plantio do eucalipto no semiárido mineiro, e do Requerimento nº 4.117/2019, da Comissão de Direitos Humanos, decorrente dessa audiência, que configuram clara invasão das atribuições das Comissões de Segurança Pública, de Agropecuária e Agroindústria e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, informando ainda que o Requerimento nº 4.117/2019 ficará aguardando resposta formal do presidente desta Casa para dirimir os conflitos de competência a fim de ser deliberado nesta comissão.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, desconvoca reunião extraordinária de hoje, às 15 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de dezembro de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 3/12/2019

Às 14h11min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Repórter Rafael Martins, João Vítor Xavier, Guilherme da Cunha, João Magalhães (substituindo o deputado Leonídio Bouças por indicação da liderança do BMTH) e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão. Estão presentes também as deputadas Marília Campos e Beatriz Cerqueira e os deputados Sávio Souza Cruz, Virgílio Guimarães, Hely Tarquínio, Gil Pereira, Sargento Rodrigues, André Quintão, Roberto Andrade, Charles Santos, Mauro Tramonte, Raul Belém, Fernando Pacheco, Osvaldo Lopes, Bartô, Betão, Bruno Engler e Coronel Sandro. Havendo número regimental, o presidente, deputado Repórter Rafael Martins, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. Registra-se a presença do deputado Leonídio Bouças. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.205/2019 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado João Vítor Xavier). É rejeitada a Proposta de Emenda nº 1, de autoria do deputado Guilherme da Cunha, que recebeu parecer pela rejeição (relator: deputado João Vítor Xavier). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de dezembro de 2019.

Repórter Rafael Martins, presidente – Guilherme da Cunha – Betão.

ATA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 3/12/2019

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Marília Campos e Rosângela Reis (substituindo a deputada Celise Laviola, por indicação da liderança do BMTH) e o deputado Professor Irineu (substituindo a deputada Delegada Sheila, por indicação da liderança do BLP), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A presidenta acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 152/2019, no 1º turno, do qual designou como relatora a deputada Celise Laviola. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.880/2017 com as Emendas nºs 1 a 3 da Comissão de Constituição e Justiça (relatora: deputada Rosângela Reis, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.013, 4.049 e 4.084/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.838/2019, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Encontro Nacional de Mulheres Quilombolas, a ser realizado em maio de 2020;

nº 5.845/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação de atendimento das seguradas do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg –, tendo em vista o direito ao tratamento humanizado, passando pelo pré-natal, parto e pós-parto, de forma que sejam assegurados à gestante, à criança, ao parceiro e à família a segurança e os cuidados necessários;

nº 5.879/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de informações sobre a viabilidade de ampliação do atendimento do Sindpasse no Espaço Cidadania para mães ou responsáveis de filhos com deficiência;

nº 5.880/2019, das deputadas Marília Campos e Leninha, em que requerem seja encaminhado ao diretor do Hospital Municipal de Januária pedido de informações sobre as denúncias de violência obstétricas feitas pela Cáritas Brasileira – Regional Minas Gerais e pelo Centro de Referência em Direitos Humanos Norte, sediado em Montes Claros.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de dezembro de 2019.

Marília Campos, presidenta – Celise Laviola.

ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 3/12/2019

Às 14h32min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados João Magalhães, Osvaldo Lopes, Leonídio Bouças, Raul Belém, Roberto Andrade e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão. Estão presentes também a deputada Marília Campos e os deputados Sávio Souza Cruz, Virgílio Guimarães, André Quintão, João Vítor Xavier, Ulysses Gomes, Repórter Rafael Martins, Bruno Engler e Coronel Sandro. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento do ofício do Sr. José Geraldo Saldanha da Fonseca, corregedor-geral de Justiça, publicado no *Diário do Legislativo* em 13/11/2019. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 3.611/2016 e 5.035 e 5.076/2018, no 2º turno, e 444/2019, no 1º turno (deputada Beatriz Cerqueira); 1.014 e 1.089/2019, no 2º turno (deputado João Magalhães); 3.922 e 3.923/2016, no 1º turno (deputado Osvaldo Lopes); 1.225/2019, no 2º turno (deputado Roberto Andrade), e 4.160/2017 e 140 e 787/2019, no 2º turno (deputado Sargento Rodrigues). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 5.035 e 5.076/2018 (relatora: deputada Beatriz Cerqueira), 1.225/2019 (relator: deputado Roberto Andrade), 4.160/2017 e 140/2019 (relator: deputado Sargento Rodrigues), 1.089/2019 (relator: deputado João Magalhães), todos na forma do vencido; 3.611/2016 na forma do vencido com a Emenda nº 1 (relatora: deputada Beatriz Cerqueira); e 1.204/2019 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Sargento Rodrigues); e, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.922 e 3.923/2016, ambos na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Osvaldo Lopes); 444/2019 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (relatora: deputada Beatriz Cerqueira); 545/2019 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Leonídio Bouças); e 899/2019 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator designado: deputado Sargento Rodrigues). O Projeto de Lei Complementar nº28/2019 é retirado da pauta por determinação do presidente da comissão por não cumprir pressupostos regimentais. O parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.014/2019, no 2º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, deputado João Magalhães. Na fase de discussão do parecer da relatora, deputada Beatriz Cerqueira, que conclui pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 738/2019 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido, o presidente defere o pedido de vista do deputado Roberto Andrade. O Projeto de Lei nº 787/2019 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Sargento Rodrigues, aprovado pela comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do

Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 4.085/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 5.887/2019, do deputado Sávio Souza Cruz, em que requer seja encaminhado ao presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – Fiemg – pedido de informações sobre sua posição em relação ao Projeto de Lei nº 1.014/2019, em tramitação nesta Casa. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2019.

João Magalhães, presidente – Beatriz Cerqueira – Roberto Andrade – Raul Belém – Sargento Rodrigues – Osvaldo Lopes.

ATA DA 54ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 3/12/2019

Às 14h39min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Andréia de Jesus, membro da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Rosângela Reis e os deputados Cleitinho Azevedo e Mauro Tramonte. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Andréia de Jesus, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a violação dos direitos da população da Comunidade de Vargem da Lua, no Município de São Gonçalo do Rio Abaixo, atingida em face da atuação da Mineradora Vale S.A. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Gesiane Lima e Silva, superintendente regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Leste de Minas – Supram Leste Minas; e os Srs. Adriano Tostes de Macedo, analista ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, representando o secretário; Sebastião Romualdo Pereira, chefe da Defesa Civil da Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo; Felipe Silveira da Cunha, vereador da Câmara Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo; Ernesto Flávio Werner, representante da Comunidade de Vargem da Lua; Manoel Guimarães, advogado e representante da Comunidade Vargem da Lua; e Leandro Marques Viana, advogado dos moradores da Comunidade Vargem da Lua. A presidenta, coautora do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de dezembro de 2019.

Leninha, presidenta – Andréia de Jesus – Betão – Bruno Engler.

ATA DA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 3/12/2019

Às 15h8min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Laura Serrano e os deputados Hely Tarquínio, Doorgal Andrada, Fernando Pacheco, Glaycon Franco e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Braulio Braz, por indicação da liderança do BLP), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Hely Tarquínio, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. É aprovado o requerimento do deputado Glaycon Franco para que o Projeto de Lei Complementar nº 28/2019 seja apreciado em último lugar. Após discussão e

votação, é rejeitado o parecer pela rejeição, no 1º Turno, do Projeto de Lei nº 1.073/2015 (relator: Fernando Pacheco). Registram-se os votos favoráveis ao parecer da deputada Laura Serrano e do deputado Fernando Pacheco; e os votos contrários ao parecer dos deputados Hely Tarquínio, Glaycon Franco e Sargento Rodrigues. Em face da rejeição do parecer emitido, a presidência designa como novo relator o deputado Glaycon Franco, o qual solicita prazo regimental para emissão do parecer. Registra-se a saída do deputado Sargento Rodrigues. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.318/2016, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Saúde (relatora: deputada Laura Serrano). A presidência suspende a reunião. Reabertos os trabalhos, a presidência retira de pauta o Projeto de Lei Complementar nº 28/2019 por falta de pressupostos regimentais. Registra-se a presença do deputado Virgílio Guimarães. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária e também para a próxima reunião extraordinária a ser realizada no dia 4/12/2019, às 10h15min, com a finalidade de apreciar o parecer do Projeto de Lei nº 292/2015, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de dezembro de 2019.

Hely Tarquínio, presidente – Laura Serrano – Fernando Pacheco – Sargento Rodrigues – Virgílio Guimarães.

ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 3/12/2019

Às 16h2min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Laura Serrano e os deputados Glaycon Franco, Fábio Avelar de Oliveira e Virgílio Guimarães, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Glaycon Franco, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Daniel Martins D'Albuquerque, chefe da Assessoria de Relações Institucionais da Anatel, agradecendo o convite para a audiência pública de 19 de novembro e justificando a ausência. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Diretoria de Atendimento e Canais do Banco do Brasil S.A. (13/11/2019); e da Sra. Patrícia Figueiredo Marotta e outros artesãos, artesãs e agentes culturais do Vale do Jequitinhonha (28/11/2019). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 1.140/2019, no 2º turno (deputado Fábio Avelar de Oliveira); 515/2019, no 2º turno (deputado Glaycon Franco); 5.213/2018, no 1º turno (deputado Thiago Cota); e 1.855/2015, no 1º turno (deputado Virgílio Guimarães). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.871/2017, na forma do vencido no 1º turno (relator: deputado Virgílio Guimarães); e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.869/2017, na forma do Substitutivo nº 1, e pela rejeição da Emenda nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Virgílio Guimarães), registrando-se, em ambos os pareceres, o voto contrário da deputada Laura Serrano. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.867, 3.896 a 3.901, 3.904, 3.922, 3.925, 3.946, 3.948, 3.956, 3.957, 3.959, 3.964, 4.093, 4.142, 4.143, 4.149 e 4.150/2019, registrando-se o voto contrário da deputada Laura Serrano aos Requerimentos nºs 4.093, 4.142, 4.143, 4.149 e 4.150/2019. O Requerimento nº 3.961/2019 teve sua votação adiada por deliberação da comissão, a requerimento do deputado Virgílio Guimarães. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de dezembro de 2019.

Glaycon Franco, presidente – Laura Serrano – Hely Tarquínio.

ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 4/12/2019

Às 9h40min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Beatriz Cerqueira e o deputado Professor Cleiton, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, proceder à entrega do diploma referente ao voto de congratulações com a Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz – pelos 119 anos de sua fundação. A reunião é suspensa. Reaberto os trabalhos, passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Nísia Trindade Lima, presidente da Fundação Oswaldo Cruz; Zélia Maria Profeta da Luz, diretora do Instituto René Rachou – Fiocruz Minas Gerais; e Rose Ferraz Carmo, superintendente de Promoção, Cuidado e Vigilância em Saúde da Escola de Saúde Pública; e os Srs. Renato Almeida de Barros, 1º diretor de Comunicação do Conselho Estadual de Saúde; e André Ricardo Massensini, pró-reitor Adjunto de Pesquisa da UFMG. A presidência faz as considerações iniciais e, em seguida, concede a palavra ao deputado Professor Cleiton para suas considerações. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições, conforme consta das notas taquigráficas. Registra-se a presença do deputado Agostinho Patrus. A presidência convida os deputados presentes a realizar a entrega do diploma referente ao voto de congratulações com a Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz – pelos 119 anos de sua fundação. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de dezembro de 2019.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 4/12/2019

Às 16h11min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ione Pinheiro e os deputados Bosco, Professor Wendel Mesquita, Marquinho Lemos e Mauro Tramonte, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 520/2019, em turno único, do qual avocou a relatoria. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação na forma do vencido no 1º turno com a Emenda nº 1 do Projeto de Lei nº 5.130/2018 (relatora: deputada Ione Pinheiro); e na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça e com a Emenda nº 1 dos Projetos de Lei nº 695 e 1.077/2019 (relator: deputado Mauro Tramonte). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 1.192/2019 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.829, 4.153, 4.165 e 4.194/2019. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 5.083/2018 e 920/2019. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de dezembro de 2019.

Bosco, presidente – Ione Pinheiro – Marquinho Lemos.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 47/2019 NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 4/12/2019

Às 16h7min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Luiz Humberto Carneiro, André Quintão, Cássio Soares e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o presidente *ad hoc*, deputado Luiz Humberto Carneiro, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da comissão nesta sessão legislativa. A presidência informa que a reunião se destina a eleger o presidente e o vice-presidente da comissão. Registram-se as candidaturas do deputado André Quintão para o cargo de presidente e do deputado Luiz Humberto Carneiro para vice-presidente. Após votação nominal, são eleitos para presidente e vice-presidente, respectivamente, por unanimidade, os deputados André Quintão e Luiz Humberto Carneiro. O presidente *ad hoc* proclama o resultado da eleição, dá posse ao presidente eleito e passa-lhe a presidência. O presidente, por sua vez, dá posse ao vice-presidente eleito. O presidente acusa o recebimento da Proposta de Emenda à Constituição nº 47/2019, no 1º turno, do qual designou como relator o deputado Cássio Soares. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, a ser realizada dia 5 de dezembro, às 14 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de dezembro de 2019.

André Quintão, presidente – João Leite – Cássio Soares.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 46/2019 NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 4/12/2019

Às 16h30min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cássio Soares, Ulysses Gomes e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente *ad hoc*, deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a eleger o presidente e o vice-presidente. Registra-se a candidatura do deputado Cássio Soares para o cargo de presidente e do deputado Ulysses Gomes para vice-presidente. Após votação nominal, são eleitos para presidente e vice-presidente, respectivamente, os deputados Cássio Soares e Ulysses Gomes, ambos por unanimidade. O presidente *ad hoc* proclama o resultado e dá posse ao presidente eleito. O Presidente eleito, deputado Cássio Soares, assume a direção dos trabalhos dá posse ao vice-presidente e designa como relator o Deputado Sávio Souza Cruz. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, amanhã, 5/12/2019, às 14h30min, com a finalidade de apreciar o parecer, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de dezembro de 2019.

Ulysses Gomes, presidente – Delegada Sheila – Sávio Souza Cruz.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Cultura**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Ione Pinheiro e os deputados Professor Wendel Mesquita, Marquinho Lemos e Mauro Tramonte, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 9/12/2019, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência de convidados, proceder à entrega do diploma referente aos votos de congratulações com a Rede Minas pelos 35 anos de sua fundação.

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 2019.

Bosco, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 4/2019**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Leninha e os deputados Dalmo Ribeiro Silva, Carlos Pimenta, Coronel Henrique e Tito Torres, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 9/12/2019, às 17 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 4/2019, do deputado Antonio Carlos Arantes e outros, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 2019.

Dalmo Ribeiro Silva, presidente.

**PRONUNCIAMENTOS****DISCURSOS PROFERIDOS NA 114ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 4/12/2019**

O deputado Professor Cleiton* – Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, senhores deputados, senhoras deputadas. Boa tarde a todos os servidores da Assembleia. Também o meu boa-tarde a todos aqueles que nos assistem pelos canais de comunicação, sobretudo pela TV Assembleia, neste momento.

O que me traz, esta tarde, a esta tribuna, é algo muito preocupante. Eu tenho colocado aqui constantemente os meus posicionamentos, sobretudo no que diz respeito à defesa das nossas estatais. Eu já falei até para o próprio governador que sou um keynesiano entusiasta, um defensor do Estado, que estamos acompanhando, neste momento, uma série de criminalizações das nossas estatais, questionamentos em relação a suas viabilidades, ao papel que elas exercem ao longo da história, acusações de corrupção, porém eu quero trazer aqui um pedido a esta Casa, um pedido a este Parlamento: que encaminhe à Cemig um pedido de esclarecimento, porque é muito estranho o que eu vou apresentar aqui para os senhores e para as senhoras.

Em um momento como este em que se fala das vendas de estatais, chega ao meu conhecimento, com bases em apontamentos que me foram reportados e a que tive acesso, através do próprio *site* da Cemig, a publicação de um edital de chamamento público, o Edital nº 1/2019, com o objetivo de selecionar uma parceria para a geração de energia solar. A gente tem discutido isso aqui constantemente, só que o ponto curioso deste edital, senhores deputados e deputadas, é que se trata de um instrumento que convoca os eventuais interessados a celebrar essa parceria, que deve observar critérios isonômicos para viabilizar uma disputa justa.

Todavia, existem situações – entendo – que a Cemig deve esclarecer para esta Casa. E não é uma situação qualquer, deputado Sávio Souza Cruz. Eu estou pedindo que esse esclarecimento seja feito com a máxima urgência. Por quê? Nesse edital, há um erro. E olhe que eu trabalhei com edital de licitação; era um servidor público que trabalhava com compras e nunca vi uma coisa dessas, deputado Cleitinho, deputado João Vítor Xavier. Nesse edital, especificamente no Anexo II do item 4, isso consta como anuente, ou seja, mesmo antes do processo competitivo, a própria empresa vencedora do certame é nomeada no edital.

Deputado Zé Guilherme, estou com o edital em mãos. No Anexo II, aparece a empresa que se tornou a vencedora do certame licitatório, que é a UFV Geração de Energia Elétrica Distribuidora S.A. E, quando a gente consulta o CNPJ, aparece exatamente, no endereço eletrônico, o nome da empresa Mori, que venceu o processo de licitação da energia solar. Inclusive, nós temos um contrato que foi firmado recentemente, com a presença do governador, e eu tenho plena convicção de que ele não sabia disso. O governador, deputado Roberto, foi para uma cerimônia sem saber – de acordo com o que a gente tem aqui – que se tratava de um processo licitatório com cartas marcadas. É claro que nós estamos dando aqui a oportunidade para que isso seja esclarecido.

Eu não quero generalizar – os estagiários são muito bons; eu tenho bons estagiários –, mas me parece coisa de estagiário, ou seja, deixar no edital o nome da empresa que, depois, venceria o processo licitatório. É grave a situação.

Continuo aqui levantando algumas questões. A pergunta é, Srs. Deputados: uma empresa e uma diretoria atenta publicam um edital já constando o nome da empresa vencedora? Isso é inédito. No edital, ainda consta que a Cemig poderá fornecer os pareceres de acesso, item 1.2.1, para a empresa parceira, através de sorteio. Está em outro item aqui. Um tópico subsequente aponta: “É condição de habilitação que a empresa apresente tais pareceres de acesso”.

Para explicar para quem nos acompanha, o edital exige um parecer de acesso. A empresa teria que apresentar, mas a própria Cemig é quem fornece o parecer de acesso. O edital também prevê que cada parecer de acesso, com potência de 1MW, tem seu valor estimado em R\$50.000,00. Todavia, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o valor de mercado de cada parecer é, em média, de R\$500.000,00. Fui fazer uma consulta sobre qual era o valor correto a ser pago para que nós tivéssemos um contrato justo, uma licitação justa. A cada 1MW, o valor estimado era R\$500.000,00, mas se está pagando apenas R\$50.000,00, ou seja, está-se propondo vender os direitos da Cemig por cerca de 10% do seu valor de mercado.

Temos a informação de que a Cemig GD recebeu projetos, inclusive eu tenho uma proposta em minhas mãos que foi apresentada seis meses antes. Queriam transferir 20% da participação para a instalação de 300 parques. E agora a Cemig abre mão de 20% para celebrar uma parceria em que ela tem apenas 1,25%.

Deputado Doutor Jean Freire, nós precisamos de esclarecimento por parte da Cemig, por parte daqueles que estão à frente da empresa, pelo que foi feito aqui nesse edital, que é extremamente questionável. Não consta, no endereço da Cemig, qualquer resultado desse chamamento público. Os critérios de disputa, as empresas proponentes e participantes, o sorteio desses pareceres de acesso, os motivos de eles serem distribuídos de forma gratuita, a motivação técnica para a rejeição liminar proposta e muito menos. Por quê? O que se estipulou de valor de R\$50.000,00 para um ativo da estatal, quando esses na verdade valem 10 vezes mais.

O que queremos aqui é que haja os esclarecimentos necessários. Não estou aqui para fazer denúncias levianas, mas adianto a V. Exas. que irei apresentar um pedido de informações, já aqui encaminhado, para que seja esclarecido ao povo de Minas Gerais e para esta Assembleia tantas e tantas evidências que apontam para o favorecimento da empresa que venceu esse processo licitatório. Já advirto também que juízo, honestidade e transparência nunca é demais. Só tive conhecimento da empresa vencedora dessa parceria porque o fato foi noticiado pela imprensa, que inclusive contou – como eu dizia –, na celebração desse contrato, com a presença do governador do Estado. Assim Srs. Deputados, conto com o apoio de V. Exas. nessa empreitada.

Está aqui o edital para quem quiser ver, está publicado no *site* da Cemig, onde constam os dados da empresa, que se sagrou vencedora desse chamamento público. E esclareço: no edital, como eu dizia, na abertura do certame, já constava – para quem está ligando a TV agora, está nos acompanhando agora –, já constava no edital, o CNPJ da empresa que venceu o processo licitatório.

Deputado Sávio Souza Cruz, meu líder.

O deputado Sávio Souza Cruz (em aparte)* – Deputado Professor Cleiton, eu queria cumprimentar V. Exa. pela importância do tema que traz à apreciação da Casa, e é um assunto que, se fossem esses famosos leilões televisivos de gado, aqueles anunciantes, leiloeiros iam falar assim: “Para tudo! Para tudo! Para tudo! Espera aí!”. Deixe eu ver se eu estou entendendo, deputado Professor Cleiton. A Cemig, que é uma empresa altamente problemática para Minas Gerais, já rendeu cerca de R\$3.000.000.000,00 de lucro nos três primeiros trimestres, mas o Estado precisa ficar livre dela logo, o Estado tem que dispor dela porque está dando lucro demais e tem que ficar livre dela logo.

Todo dia a gente vê o presidente da Cemig e o governador na imprensa, fazendo propaganda contra a Cemig. Eu não vi – confesso que não vi, se eu estiver enganado me corrijam – o governador Zema, quando resolveu vender as suas empresas, acessar os meios de comunicação para falar mal do grupo Zema: “É um grupo incompetente, é um grupo que vende gasolina adulterada”. Nunca vi! Mudou. Como gestor público, resolveu investir contra a empresa que ele anuncia querer vender, inclusive subvertendo o ditado popular que diz que quem desdenha quer comprar. Agora parece que mudou: quem desdenha quer vender.

E agora V. Exa. traz a esta Casa que a Cemig, essa empresa tão danosa para Minas Gerais, que rendeu só R\$3.000.000.000,00 nos primeiros três trimestres, é vítima de um edital que estabelece a possibilidade de uma parceria em que o futuro ganhador – de uma certa forma foi uma espécie de uma premonição – já veio no anexo que foi publicado e está no *site* da Cemig. E essa empresa acabou ganhando e acabou levando da Cemig por um preço que é 10% do preço de mercado. Já pensou se não houvesse essas operações, o lucro poderia ser melhor bem melhor, mas aí, quanto mais a empresa lucra, parece que é maior o pecado, maior a urgência de abrir mão dela.

Então, V. Exa. traz esse assunto num momento que é especificamente muito grave para o nosso estado, um momento em que o patrimônio público parece incomodar os gestores, em que é necessário se desfazer de todo e qualquer patrimônio, sobretudo iniciando pelos mais rentáveis. Já percebeu, deputado Professor Cleiton, que ninguém aqui ainda falou na privatização da Copanor. Ainda não. Ninguém está preocupado em privatizar a Copanor, em privatizar aqueles instrumentos de Estado em que o Tesouro tem de aportar recursos para cumprir funções de Estado, funções de interesse público?

Assim, V. Exa., interpretando de fato o interesse público, traz essa questão gravíssima. Se me permitir V. Exa., quero sugerir que, além do pedido de informações que V. Exa. apresentará à direção da Cemig, se é que é possível explicar isso, que possa também a Assembleia oficial o Ministério Público para que acompanhe isso de forma muito próxima. Posso falar que é aquela velha história: tem rabo de jacaré, olho de jacaré, dente de jacaré, pele de jacaré, mas será que não é jacaré? Vamos saber, vamos avaliar se estamos diante de uma situação que parece ter a gravidade que tem.

Termino como comecei, desculpando-me por ter-me alongado no aparte, mas cumprimentando V. Exa. por esse papel, que é o único papel digno de homem público, que é o de fazer o *lobby* do bem comum que V. Exa. faz aqui em nome dos mineiros. Cumprimento-o mais uma vez. Muito obrigado.

O deputado Professor Cleiton* – Eu que agradeço, deputado Sávio Souza Cruz, pelas palavras e também pelo aparte.

Talvez o senhor tenha conseguido resumir algo que não consegui. O fato aconteceu. De repente, estamos diante de uma nova modalidade licitatória, que é a premonição do processo. Mas estamos dando à Cemig a oportunidade de nos esclarecer e também ao Ministério Público, que pode entrar conosco fazendo também esse pedido de esclarecimento, mas o povo mineiro precisa saber de fato o que aconteceu. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Carlos Pimenta* – Sr. Presidente, deputado Antonio Carlos Arantes, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, boa tarde a todos.

Sr. Presidente, hoje a imprensa de Montes Claros, através do jornal *Minas do Norte*, traz uma reportagem que é motivo de muita preocupação para todos nós, mas principalmente para a região próxima à cidade de Grão-Mogol, todo o Vale do Rio Pardo.

Essa reportagem diz o seguinte: “Ministério Público quer impedir barragem de rejeitos em Grão-Mogol”. Quando se vê esse título a gente fica sem saber se o Ministério Público está preocupado com a construção da barragem ou com a perda de uma oportunidade para aquela região, que trará muitos recursos, muito benefício para toda a região do Norte de Minas.

Mas, na verdade, o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual entraram com uma ação judicial tentando impedir que essa empresa, que é uma empresa composta por acionistas do Brasil e acionistas da China, venha a concretizar um plano, que é o de construir essa barragem naquela região. Alguém poderá perguntar, neste momento: “Será que o deputado Carlos Pimenta está contra o desenvolvimento e o progresso da região do Norte de Minas?”. Não. O que nós queremos é que o progresso venha, mas nós queremos, acima de tudo, discutir a construção dessa barragem.

Eu vejo aqui deputados que se doam muito a essas questões ambientais, questões de energia, questões de meio ambiente – o João Vítor é um deles, e vou passar a palavra a ele daqui a pouquinho –, mas acontece que essa barragem está sendo projetada para aproveitar a presença do ferro no solo daquela região de Grão-Mogol. Mas essa barragem vai gerar um descarte de rejeitos que é algo impressionante. Eu perguntei ao João Vítor qual era o volume, em metros cúbicos, de rejeitos dessa barragem que estourou lá, em Brumadinho, e o João Vítor me falou assim: “Devia estar em torno de, mais ou menos, uns 12.000.000m³”. Essa barragem que querem construir no Norte de Minas vai gerar, nada mais, nada menos, que 2.400.000.000m³. É algo impressionante, algo inimaginável. E ninguém sabe o que é esse projeto, não é permitido discutir esse projeto. Coronel Sandro, nós estamos falando em 2.400.000.000m³, a de Brumadinho tinha 12.000.000m³. Uma barragem dessa, se for construída sem um controle social, sem uma participação de Poderes, do Poder Legislativo, do Ministério Público, se não for amplamente discutida... Se estourar lá, João, virá lama até a Cidade Administrativa. É um trem impressionante; uma barragem que está sendo construída sem maiores discussões.

Eu pedi a V. Exa., ainda há pouco, que nós fizéssemos, talvez no mês de fevereiro, uma ampla discussão aqui, em Belo Horizonte ou em Montes Claros, para a gente saber a real situação dessa barragem, o que ela vai trazer de impacto e que tipo de rejeito é esse, porque barragem a montante não pode ser construída mais no Brasil. Então eles vão ter que achar um buraco enorme, que caiba 2.400.000.000m³ de rejeitos. E o ferro vai ser granulado – microgranulados de ferro –, e vão utilizar uma liga de material orgânico – falaram muito do subproduto da mandioca para colocar no mineroduto e empurrar todo esse minério para o Porto de Ilhéus, na Bahia.

E a água? Vocês são testemunhas da dificuldade com que nós, da região do Norte de Minas, vivemos e convivemos, da luta que nós temos para trazer água para o povo beber, para a população. Imagine quantos milhões, bilhões de metros cúbicos de água vamos precisar para colocar esse ferro dentro de um cano para percorrer 500km e chegar ao Porto de Ilhéus, na Bahia. Nós já não estamos tendo água para beber, Leninha! O povo lá está com sede. De onde vão tirar essa água? Talvez aconteça um milagre, não é? Os chineses vão fazer chover, constantemente, na região, para ter a água.

Pois não, João. Com o maior prazer, eu escutarei você.

O deputado João Vítor Xavier (em aparte)* – Olha, com muita alegria, deputado Carlos Pimenta, eu escuto o seu pronunciamento, porque eu tenho sido voz ativa neste debate há alguns anos na Casa e fico muito feliz quando vejo um deputado, da envergadura de V. Exa., o deputado com mais mandatos consecutivos, neste Parlamento, reforçando essa discussão e esse debate.

E afirmo de maneira textual: essa barragem é ilegal. Se a Secretaria de Estado de Meio Ambiente aprovar a construção dessa barragem ela estará desrespeitando a lei Mar de Lama Nunca Mais construída nesta Casa e aprovada por unanimidade, com a participação do Ibama, do Ministério Público e da sociedade civil organizada. Essa barragem é ilegal.

O art. 12 fala claramente que não é possível se construir barragens quando há outros mecanismos possíveis. E há. Não tem nada que impeça o grupo chinês, que quer minerar no Norte de Minas, de minerar com rejeito a seco. Isso já é feito para todo lado.

Aqui, em Congonhas, o grupo que lá minera já está trocando a sua tecnologia por isso. No Pará, todo mundo que minera já usa essa tecnologia. Não há mais mineração com esse modelo que precisa construir a grande lata de lixo, que é a barragem. Não há mais necessidade disso. Isso só interessa ao empreendedor para aumentar a sua margem de lucro. Fazem barragem por um único motivo: porque é o modelo mais barato. Esse é o único motivo. E nós não podemos continuar permitindo que escolham o mais barato em vez do melhor para Minas Gerais.

E o segundo ponto pelo qual parabenizo V. Exa.: é impensável que continuemos a ter o modelo de minerodutos no Estado. Também é feito pelo mesmo motivo, porque é o mais barato. Agora, um estado que vive uma constante crise hídrica, um estado que pode sofrer no ano que vem com crise hídrica, vai continuar usando água como meio de transporte? Que façam ferrovia, que façam caminhão, que façam esteira. Não à barragem e não ao mineroduto. Conte comigo nessa luta.

O deputado Carlos Pimenta* – Muito obrigado pela sua participação, deputado. V. Exa. é o presidente da Comissão de Minas e Energia desta Casa e tem feito um trabalho fantástico. Tenho acompanhado a sua luta aí, chamando a atenção para Brumadinho e para outras áreas. Nós queremos a sua parceria. Nós não queremos, em nenhuma hipótese – viu, Leninha? Vou lhe passar a palavra –, atrapalhar o desenvolvimento daquela região, uma região que tem sol 365 dias no ano. O volume de sol nosso lá por dia ultrapassa 12 horas. Podemos utilizar o grande potencial que nós temos dessa energia limpa, energia fotovoltaica.

A Serra de Grão-Mogol talvez tenha um dos poucos locais com um potencial muito grande para energia eólica. Nós poderíamos discutir a questão da Sudene, porque Minas Gerais é omissa em relação a ela. A Sudene poderia estar abrindo indústrias de aproveitamento da matéria-prima lá no Jequitinhonha, no Norte de Minas, poderia estar discutindo isso tudo. Agora, nós vamos ter que despender toda a nossa energia para poder evitar que essa empresa, essa usina de mineração, venha a ser colocada na raça, no peito, no gogó.

E tem gente que apoia, tem gente que argumenta: “Vocês são contra? Vocês não têm pena das pessoas que não têm emprego, do desemprego?” O desemprego veio. Nós estamos com 12 milhões de desempregados, então temos de procurar energias, temos de procurar projetos limpos, aproveitamento da Sudene, para levarmos para aquela região.

E nós não vamos permitir. Faremos tudo o que for possível. Eu farei tudo o que for possível para poder ser convencido de que essa empresa vai estar lá, que ela vai ter um rejeito seco, que ela vai ter técnicas mais avançadas que se apliquem em tudo quanto é país do mundo. E já está sendo aplicado aqui na região metropolitana, no quadrilátero ferrífero de Belo Horizonte, de Minas Gerais. E querem jogar lá para cima a lama, o escárnio. Achem que o Norte de Minas é terra de ninguém, é terra sem lei. Isso nós não vamos permitir.

Aplausos ao Ministério Público, que está aí firme, impedindo a construção dessa barragem dessa forma. Convença-nos de que é a melhor maneira, de que é seguro; convença-nos de que teremos água suficiente; mas nos convença. Caso contrário, não podemos abrir mão da construção do ferroduto. Nós não podemos abrir mão de técnicas modernas que não venham a colocar em risco a região do Norte de Minas.

A deputada Leninha (em aparte)* – Obrigada, deputado Carlos Pimenta. Eu não poderia também deixar de manifestar aqui a minha alegria de ter você neste debate, como deputada, de fato, do Norte de Minas, preocupada com as questões hídricas e de desenvolvimento. Por isso, desde o Assembleia Fiscaliza, nós temos cobrado do governo um projeto de licenciamento que, na nossa avaliação e conhecimento, ficou 10 anos no Ibama, que ficou negando seu licenciamento. O que aconteceu? A empresa fragmentou o processo de licenciamento: uma parte está sendo licenciada em Minas Gerais e a outra, no Ibama, pelo governo federal. Enfim, nós precisamos retomar o debate de um projeto integral.

Eu escuto muito isso que você está dizendo e concordo. As pessoas falam assim: “Você quer pobreza para o Norte de Minas?”. E eu falo que esse tipo de riqueza, dessa forma, a gente não quer. Como você mesmo disse, nós temos outras potencialidades, outros processos e outras matrizes de desenvolvimento; aquela região tem condições de ter riqueza, de ter

distribuição, de ter empregos. Por isso é importante que a gente fique atenta aos processos da empresa em Minas Gerais; por isso é importante que a gente fique atenta ao modelo, como disse o João Vítor; nós não podemos permitir que a maior barragem de rejeitos do Brasil, uma das maiores do mundo, seja construída nessa região; nós não podemos permitir que a água, tão escassa, tão cara para quem vive muitos períodos de seca seja utilizada para empurrar minério de ferro até a Bahia.

Eu fico feliz. É uma luta. Nós vamos fazer uma audiência pública – já conversamos sobre isso, não é, deputado? – para entender o projeto, tecnicamente acompanhá-lo e, politicamente, a gente também se posicionar, porque não é esse o projeto que a gente quer para o Norte de Minas, para o semiárido mineiro; são outros projetos, como você mesmo disse. Estamos juntos, e juntos vamos fazer o debate com qualidade, com responsabilidade, com coerência e, acima de tudo, com a proteção, a segurança hídrica para o povo do Norte de Minas. Obrigada.

O deputado Carlos Pimenta* – Muito obrigado, Leninha. Pode ter certeza de que eu já havia assumido há 10 anos esta posição que estou assumindo aqui. Eu não tenho dois comportamentos, não tenho duas caras. Eu sou uma pessoa que acredita no meio ambiente, e é necessária, mais do que nunca, uma defesa sistemática daquela região, do meio ambiente. A nossa região está se desertificando, os rios estão secando; estão transformando o Norte do Estado em um deserto. E vem essa empresa lá da China, que tem dinheiro, tem capital e acha que pode empurrar goela abaixo, mas não vai, nós vamos discutir esse projeto à exaustão, à exaustão. Esta Casa não vai fazer papel de palhaço e fazer leis que venham a ser desrespeitadas pelo próprio governo do Estado. A história vai mostrar se temos ou não razão. E o governo Zema tem que se pronunciar, tem que ser defensor. Se ele é um governo novo, avançado, de ideias novas, não pode permitir, presidente, que façam da nossa região esse escárnio como querem. Não sou contra o progresso, sou contra, em nome do progresso, trazer um presente de grego desses para nós e implantar goela abaixo na região uma barragem que o mundo todo rejeita. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado André Quintão* – Presidente, deputado Antonio Carlos Arantes, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu retorno à tribuna, nesta tarde, ainda para fazer repercutir a votação que tivemos do projeto que autoriza o governo a antecipar os recebíveis – não é? –, oferecer os créditos recebíveis da Codemig.

Eu considero que a Assembleia, nesse processo, atuou de maneira muito responsável no sentido de estabelecer uma pactuação com o governo, a fim de deixar os projetos mais polêmicos, aqueles que exigem necessariamente um debate mais aprofundado, para o ano que vem e tratar neste ano de projetos que poderiam originar receitas extraordinárias suficientes para a quitação do 13º salário do servidor público e para o processo de regularização da data do pagamento mensal.

Além do projeto de antecipação dos recebíveis pela Codemig, também o Projeto de Lei nº 1.014, esse ainda não votado, que prorroga a tributação adicional sobre produtos supérfluos, principalmente armas, bebidas alcoólicas e cigarros.

Eu considero um acerto essa pactuação porque foi possível aprofundarmos o debate sobre projetos que geram receitas extraordinárias, de forma que não houvesse nenhum tipo de protelação que prejudicasse o servidor, e que, ao mesmo tempo, resguardasse o patrimônio do Estado, o poder público, os gestores e a própria Assembleia. Desde o início – e nós temos em nosso bloco um deputado, o deputado Ulysses, que se dedicou muito a essa temática –, deixamos muito claro que não iríamos obstruir, mas que também não iríamos votar de qualquer jeito. Nós precisávamos de um projeto que resguardasse o interesse público. E foi exatamente isso que fizemos, no 1º turno, na Comissão de Administração Pública. Também, com a ótima iniciativa de fazer o debate na Comissão de Minas e Energia, colocamos as nossas preocupações, colocamos os nossos questionamentos. Para que não houvesse nenhum tipo de atraso, nós tomamos a decisão de, no 1º turno, votarmos favoravelmente, ainda que os aperfeiçoamentos fossem feitos após audiências públicas a serem realizadas conjuntamente pelas Comissões de Administração Pública e de Minas e Energia.

E assim foi feito. Os questionamentos eram vários. O primeiro deles era sobre o percentual. Eram 49%? Eram 100%? Quanto à Codemge e à Codemig, está prevalecendo o quê? A cisão ou não? Há uma pendência judicial. Se você vende os recebíveis

da Codemig – a Codemge existiu com 51% –, e depois a Justiça fala que Codemge e Codemig são a mesma coisa, isso significa que quem comprou 49% vai levar 100%? Essa era uma questão fundamental: como ficaria o custeio da Codemge. A Codemge existe, a Codemge tem atividades regulares. Então esse foi um ponto central que nós levantamos.

Outro ponto muito importante dizia respeito à polêmica envolvendo o quanto de nióbio está sendo explorado em cada mina. Essa polêmica é da CBMM e também do repasse para o governo, o que pode importar num prejuízo para o Estado de Minas Gerais de um valor aproximado de R\$5.000.000.000,00. Da forma como o projeto veio, quem adquiriu 49% dos recebíveis agora poderia, na Justiça, requerer o recebimento daquele passivo que a Codemig também deveria receber, ou metade dele por parte da CBMM. Isso também seria lesivo aos cofres públicos.

Quanto ao debate sobre a precificação, sobre qual seria o preço mínimo que iria para o leilão, nós simplesmente iríamos bater palmas e assistir, ou a Assembleia teria acesso a toda documentação que fundamentaria esse preço mínimo?

Então, eram questões de muito conteúdo, muito densas, muito sérias para que a gente votasse de qualquer jeito.

Eu não sei como as pessoas ainda não entenderam que projetos dessa natureza, por mais importantes que sejam para um determinado segmento, e neste caso é para o servidor público, precisam do aperfeiçoamento. No Legislativo, a regra tem que ser: o projeto deve sair melhor do que entrou, e não o contrário. E, muitas vezes, o Executivo, e nós também, parlamentares – acontece com o Executivo e conosco – apresentamos um projeto e a esse projeto é agregada massa crítica, é ouvida a sociedade, são trazidos especialistas. A participação do Ministério Público de Contas nesse processo foi muito importante. Os questionamentos levantados foram fundamentais, inclusive para que, na Comissão de Minas e Energia, o relatório do deputado João Vítor Xavier pudesse acolher muitas dessas preocupações, e depois ser votado também na Comissão de Administração Pública, e foi a proposta aprovada por unanimidade hoje, aqui, na Assembleia Legislativa.

Então, são importantes esses capítulos na história da Assembleia, para que a gente crie aqui a cultura da tolerância, a cultura do entendimento, a cultura de ouvir, de dialogar com os parlamentares que, eventualmente, possam estar discordando de um conteúdo original. Realizar audiência pública, solicitar o parecer de especialistas, isso tudo faz parte da dinâmica do Poder Legislativo. É assim que funciona. Então, muitas vezes, o açodamento, a pressa, prejudicam o próprio interessado. Foi muito importante a audiência pública – foi tão importante que depois da primeira houve a segunda, logo na sequência, inclusive, com a participação mais efetiva do governo –, porque o próprio governo reconheceu que os pontos levantados pela Assembleia deveriam, de fato, serem sanados, porque dariam maior segurança jurídica para a operação. Segurança jurídica em uma operação na Bolsa significa a possibilidade de um valor maior ser auferido.

Então, eu queria aqui destacar o papel do presidente, deputado Agostinho Patrus, dos líderes, de todos os blocos, da situação e da oposição independentemente, das comissões, de todas elas, mas, particularmente, da Comissão de Minas e Energia e da Comissão de Administração Pública, nas pessoas dos deputados Ulysses Gomes, João Magalhães, João Vítor Xavier e Repórter Rafael Martins, e dizer que o nosso bloco, Democracia e Luta, votou com unanimidade no projeto, mostrando que, conosco, não há revanchismo, mostrando que, conosco, não vale a máxima do quanto pior, melhor. Quanto pior, pior. Nós sofremos, inclusive, processos de judicialização a iniciativas do governador Pimentel que impediram a quitação desse 13º salário que o atual governo quitou.

Com prazer, concedo aparte ao deputado Virgílio, que também teve uma participação muito ativa em todas as audiências públicas, e depois ao deputado Ulysses Gomes.

O deputado Virgílio Guimarães (em aparte)* – Muito obrigado, deputado André Quintão.

Eu queria apenas acrescentar algo sobre o qual eu pensava, assim como toda a nossa bancada: ao ter um recurso destinado à previdência social... No caso, a Lei de Responsabilidade Fiscal obriga que todo recurso de alienação, de patrimônio, seja destinado às

previdências do Estado. Portanto, o pagamento, a antecipação, vai sair indiretamente desse recurso, pois, ao viabilizar a regularização do fluxo de caixa, será permitido que as fontes próprias de receita que o Estado tem com o fluxo sejam aplicadas adequadamente.

Isso é para todo mundo entender. Eu não posso pegar esse recurso e construir uma estrada, uma ponte. Não posso. Mas regularizar o fluxo de caixa é claro que sim. Ao regularizar o fluxo de caixa, faz-se a regularização dos pagamentos atrasados, porque isso faz parte do fluxo de caixa também.

Ao dizer isso, deputado André, quero dizer que, dentre as previdências do Estado, encontra-se o Ipsemg. O Ipsemg é ainda um remanescente do tempo em que havia saúde e previdência social sob o mesmo teto, no mesmo caixa.

Gostaria de vincular um recurso lá, o que não foi feito. Tudo bem! Mas nós podemos cobrar que o governo o faça. Porque, tanto na Lei de Responsabilidade Fiscal quanto na lei que votamos aqui, hoje, nesta casa, está dito que os recursos vão para as previdências. Podem ir, perfeitamente, para a previdência que está abrigada no Ipsemg. Acho que vai arrecadar R\$5.000.000.000,00. O que custa deixar 5% disso, R\$250.000.000,00 no Ipsemg? Então, quero registrar isso. Lutamos na reforma administrativa pelo Ipsemg – previdência e serviço médico.

Quero registrar aqui que, não estando obrigatório, também não está proibido, e poderá, portanto, uma parcela – sugiro 5% – ser destinada ao Ipsemg. É isso que queria registrar aqui, deputado. Cumprimento-o pelo seu pronunciamento, dele fazendo parte.

O deputado André Quintão* – Muito obrigado, deputado Virgílio. Reforçando: é uma observação muito pertinente, o recurso tem que ir para as previdências. E vamos cobrar que o governo cuide do Ipsemg. Inclusive, o deputado Virgílio apresentou a sugestão, mas, em função do Acordo de Líderes – quero deixar isso claro –, ele transformou essa emenda numa cobrança política permanente aqui, neste Plenário.

O deputado Ulysses Gomes (em aparte)* – Deputado André Quintão, líder do nosso bloco, quero cumprimentar V. Exa. e, ao cumprimentá-lo, parabenizá-lo pelo trabalho que vem fazendo e, de forma muito especial, pelo tema que V. Exa. reforça aqui, hoje, sobre a aprovação do PL nº 1.205, e, sobretudo, quero compartilhar com o povo mineiro a verdade. Não é narrativa construída, são os fatos que aqui, de fato, aconteceram. Todos aqueles e aquelas que acompanharam poderão, claramente, ter ciência do que aconteceu. Quero então, nesse sentido, fazer coro com V. Exa., registrando o papel de liderança que o presidente desta Casa, Agostinho Patrus, teve, de firmeza, coerência e confiança no trabalho dos líderes.

Registro, mais uma vez, a todos do Colégio de Líderes que assumiram o compromisso, que, da nossa parte, do bloco e da nossa bancada, em nenhum momento, todos os questionamentos e contribuições que trouxemos a esta Casa tiveram o interesse de obstruir. A prova concreta não é o meu discurso, nem o de V. Exa., é o resultado; o resultado coletivo em que a Assembleia assumiu o compromisso de melhorar o projeto. E assim entregamos ao governo de Minas a real possibilidade de fazer uma operação de crédito com garantias jurídicas e que entregue ao servidor aquilo com o que ele se comprometeu e o que anunciou ao longo do tempo.

No entanto, deputado André Quintão, esse discurso do governo e a possibilidade de regularizar salários e 13º salário seja, neste momento, um exemplo para que o governo não use isso contra a Assembleia nos outros projetos. Mas que a gente possa, de fato, assim como a Assembleia fez, neste momento, ser protagonista, que a gente possa contribuir com esse processo de debate e que as narrativas divergentes ou oportunistas não prevaleçam sobre a verdade. Isso é o que aconteceu, isso foi o que a gente viu. Infelizmente, depois, na declaração de voto, a gente vê um ou outro querendo mudar esse discurso. Mas a prática e os exemplos são outros e, dessa forma, a Assembleia tem louvor ao poder contribuir com esse processo. V. Exa. teve papel fundamental. A nossa bancada contribuiu, não jogou o jogo do “quanto pior, melhor”. Nós não somos a oposição que quer ver dar errado. Pelo contrário, a gente quer que as coisas deem certo. Não tenho dúvida de que a contribuição de todos nós fez com que esse projeto fosse aprovado da forma como foi. Obrigado, deputado. Parabéns, mais uma vez.

O deputado André Quintão* – Muito obrigado, deputado. Termino também parabenizando todos os integrantes, todas as integrantes do bloco. Quero agradecê-los pela participação nas audiências públicas. O bloco teve uma participação ativa, contribuindo para o aperfeiçoamento desse projeto e aqui, no Plenário, votando ao lado de Minas Gerais e ao lado dos servidores públicos.

Quem conta a história é a verdade. A verdade dos fatos está no painel, no nosso posicionamento de Plenário e nas comissões, e é isso que conta. Esperamos, agora, que o governo pague o 13º salário e regularize o pagamento.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Doutor Jean Freire – Sr. Presidente, caros deputados e deputadas aqui presentes, público que nos acompanha, telespectadores da TV Assembleia. Sr. Presidente, eu estava ali discutindo com a deputada Leninha que sempre nos preparamos para uma fala, um debate aqui e nem sempre somos fiéis ao que preparamos, porque aparecem alguns assuntos, e nós não podemos nos calar diante deles. Primeiramente, eu gostaria de parabenizar os oradores que me antecederam aqui, nesta tribuna, a começar pelo Professor Cleiton. Parabéns, deputado! É um deputado de primeiro mandato que tem feito muita diferença nesta Casa, tem apresentado propostas importantes. Há algumas propostas mais importantes para vir. Eu terei a felicidade de estar junto com V. Exa. em uma delas, que é a PEC que nós estamos preparando. Hoje, professor, o senhor traz um tema aqui de fundamental importância e faz desta tribuna uma denúncia, que esta Casa tem de averiguar, e esse é o nosso papel. Realmente, nós temos que tratar dessa questão da Cemig e de outras empresas que estão para vir com muita responsabilidade. Então, parabéns por sua fala.

Quero citar também o deputado André Quintão, que acabou de falar. É muito bom quando os deputados usam esta tribuna para trazer falas importantes para quem está lá na ponta nos ouvindo, para quem está do outro lado, na tevê nos vendo, assistindo aos vídeos que vão circular. Quero só fazer coro com o deputado; falei hoje, pela manhã, com o deputado Ulysses que fazia questão absoluta de colocar o meu posicionamento aqui e dizer, de uma maneira muito séria, muito franca e muito direta, que qualquer deputado que disser que o Partido dos Trabalhadores, que o deputado Ulysses estava aqui prejudicando a votação é, sim, um mentiroso. Nós temos que usar este ambiente para pautar a verdade, para pautar a tolerância. A prova é tanta que a bancada do Partido dos Trabalhadores permaneceu toda aqui presente no 1º turno e praticamente toda a bancada agora, no 2º turno, durante todo o tempo, todo o tempo. Eu quero lhe agradecer, deputado Ulysses, em especial a V. Exa., por ter tido a coragem de permanecer nesta tribuna cumprindo o seu papel que o Regimento garante, defendendo o povo mineiro – defendendo o povo mineiro! Foi muito, sim, graças a V. Exa., que foi feita uma audiência nesta Casa.

Eu ouvi deputados da base do governador dizerem: “O projeto, sim, saiu daqui, foi votado hoje melhor do que entrou”. Deputada Beatriz, e isso foi feito a muitas mãos e muitas cabeças. O deputado Ulysses foi um desses elementos que se destacou no trabalho para que esse projeto saísse melhor do que entrou. Agradeço a outras pessoas, à Auditoria Cidadã da Dívida, que teve uma presença muito importante na audiência pública, e ao Ministério Público de Contas. Ou seja, foi além de nós, deputados, que puderam aqui dar a sua mão, apresentar a sua ideia. A prova é que hoje nós iniciamos aqui a nossa reunião às 10 horas e, por volta de 11 horas, o projeto já estava sendo votado.

Agora, eu presenciei deputado dizendo: “Está vendo?”. Depois que eu falei, o deputado Ulysses Gomes, hoje, também subiu aqui para falar, se não me engano por 10 minutos, para encaminhar. Todos nós votamos a favor, e ainda ouvi deputado falando, Ulysses: “Está vendo? Depois, eu falo que estão obstruindo e falam que estou mentindo”. E não estávamos obstruindo, a prova foi real.

Eu sei, deputado Guilherme – falo muito tranquilamente e dialogo muito com V. Exa. também, olhando nos seus olhos –, que V. Exa., vice-líder do governo, sabe que a bancada do Partido dos Trabalhadores não obstruiu. Eu fico feliz só com o seu gesto de confirmar isto: que não obstruímos. Você sabe e eu já ouvi de V. Exa. as contribuições que nós, a bancada do Partido dos Trabalhadores, damos. Nós não estamos aqui para atrapalhar, nós não estamos aqui para quanto pior, melhor. Eu provo isso aqui.

Na semana passada eu falei nesta tribuna, e fiz questão de encaminhar a fala a V. Exa., em que elogiava uma política do governo estadual na área da cultura. Farei isso quantas vezes achar que acertaram, quantas vezes eu achar que acertaram. Farei o oposto também quando eu achar que não acertaram.

Também gostaria de comentar a fala do meu colega médico, deputado Carlos Pimenta. Tenho falado da importância de V. Exa. na Comissão da Saúde, a maneira como tem presidido. Ainda ontem conduzimos uma reunião em que V. Exa. iniciou presidindo, depois teve que sair e eu continuei a presidência, de fundamental importância para que possamos levar hemodiálise para a região do Baixo Jequitinhonha, para a região de Aimorés, e V. Exa. somou até outras cidades do Norte de Minas nesta pauta. Isso tudo pensando no paciente, pensando naquele que tem que receber assistência na ponta.

Hoje, V. Exa. traz para esta tribuna também um assunto muito importante, um assunto indispensável a ser discutido, porque ele fere direitos humanos. Eu tenho dialogado com V. Exa. e com a deputada Leninha e a gente fala isso, deputado, com muita felicidade, com muita felicidade. Não falamos isso, e creio que a deputada Leninha também não é assim. Eu tenho que admitir porque eu e V. Exa. temos, em alguns pontos, posturas ideológicas diferentes. Eu não tenho que admitir que o deputado Carlos tem falado nessa tribuna, e desde quando eu o conheço e tenho dialogado com ele, com posições importantes em defesa ao meio ambiente. Eu não sou obrigado a admitir, eu não tenho que admitir como se fosse uma coisa forçada, eu faço de maneira feliz e alegre, feliz e alegre, deputado Carlos Pimenta.

Quando a gente fala... E eu vi a deputada Leninha... Fico feliz de V. Exa. fazer parte dessa luta conosco, porque essa é uma luta histórica das comunidades tradicionais, deputada Leninha, que representa tão bem esta Casa. Essa é uma luta histórica do Norte e do Nordeste de Minas Gerais. Então, ficamos, sim, muito felizes, muito alegres de a gente fazer coro nesta pauta. Eu já dialoguei muito esta pauta com V. Exa., já dialogamos muito e, desde o primeiro dia, quando eu vi V. Exa. fazer vídeos, e já vi V. Exa. falando da mineração, falando da monocultura de eucalipto, eu falei: “Que legal! Que bom que nós temos um deputado que podemos até ser de sigla partidária diferente, mas há muitos pontos que nos unem”. Eu acho que na vida pública nós temos que pensar é isto: o que nos une para tornar melhor a vida dos mais pobres? O que nos une? Eu não quero saber o que nos separa, vamos nos deter no que nos une; o que nos une na saúde, na educação.

Eu já vou passar para a deputada Andréia. Mas, olha, deputado, o senhor trouxe aqui hoje uma pauta – nós temos falado isso também desde o nosso primeiro mandato – e tenho dito – não vejo outra palavra –, o que querem fazer no Norte e no Nordeste, porque está na divisa com Jequitinhonha, é um crime. É um crime! Você, cidadão, cidadã que está aí do outro lado nos assistindo, não se deixem enganar.

Quando as empresas chegam, o que eles tentam mostrar para a população é que vão trazer riqueza, que vão trazer desenvolvimento. Eu já não gosto muito dessa palavra, porque ela traz um prefixo de negação. A palavra “desenvolvimento” traz um prefixo de negação; ela não tem envolvimento. Eu quero desenvolvimento, sim. Mas eu quero desenvolvimento, com o envolvimento das pessoas, com o envolvimento de quem está lá na ponta, que é quem vai ser atingido, deputada Leninha, direta ou indiretamente. Então, isso é um crime.

Deputado Delegado Heli Grilo, tirar minério usando água de uma região onde não tem água, transportar esse minério, por água, de uma região onde não tem água... Não há outra palavra, a não ser dizer que é um crime contra o povo sofrido daquela região. Então, eu quero lhe agradecer pela sua fala aqui hoje nesta tribuna.

A deputada Andréia de Jesus (em aparte) – Boa tarde. Boa tarde, presidente. Obrigada, deputado Jean, pelo aparte. Estou aqui para, inclusive, referendar as palavras de V. Exa.

Ontem, fizemos uma audiência aqui na Casa. Mais uma; foi a 54ª audiência para discutir o quanto as comunidades tradicionais continuam sendo atingidas pelo extrativismo no nosso estado. E mais uma cidade, São Gonçalo do Rio Abaixo, trouxe a narrativa de que estão sem água, que os córregos estão secando, que as lagoas estão secando, que o rio está secando e que a

Mineradora Vale está lá extraindo minério, usando água de posto artesiano. É inadmissível a gente continuar ouvindo isso, porque o senhor trouxe, de forma muito contundente, que é importante a gente discutir coisas aqui, na Casa que nos une.

E, neste momento, é muito grave a gente saber que o nosso estado já está, de forma alarmante, sem água. Isso não é mais só um problema do Norte de Minas; tem chegado, inclusive, na capital. A vereadora Bella Gonçalves instaurou a CPI na Câmara de Vereadores de Belo Horizonte, demonstrando que o rompimento da barragem de Brumadinho compromete o abastecimento de água da Região Metropolitana. E esta semana fomos surpreendidos com o governador dizendo que vai racionalizar ou impedir os presos de acessarem a água, o que é fundamental para o ser humano. São pessoas que já estão privadas de liberdade e agora estão também privadas do consumo de água, que já era o mínimo. A gente já vem denunciando isso.

Fizemos visita técnica, ou seja, a Comissão de Direitos, Humanos, à Jason, um presídio que também foi atingido pela barragem de Brumadinho com a falta de água. E agora, o governador faz isso de forma arbitrária, sem nenhuma comprovação, de fato, de que essa medida pode reduzir o consumo de água ou pelo menos dar uma resposta em relação ao que as mineradoras estão fazendo, que é consumindo a nossa água potável para escoar minério para o exterior.

Eu quero ser solidária às colocações do senhor, e também de outros parlamentares, como a Leninha, que já vem denunciando esses empreendimentos que continuam assediando territórios para consumir água, para liberar minério para fora do País, e que só deixa buraco e vai deixar o nosso povo com sede. Obrigada, deputado.

O deputado Doutor Jean Freire – Muito obrigado, deputada Andréia. Agora não vai dar tempo de discutir o tema que eu trouxe, que foram as visitas que eu fiz no final de semana, mas fico feliz porque os três que me antecederam abordaram temáticas importantes.

Eu aproveito para convidar todos e todas, colegas deputados e deputadas aqui presentes, o povo que nos assiste em Casa, os deputados que puderem estar presentes. Amanhã, nós realizaremos, nesta Casa, mais uma audiência do Rio Fanado. É um povo que se uniu no Vale do Jequitinhonha para lutar por um rio. E apresentaram propostas importantíssimas do PPA, na Comissão de Participação Popular, que foram aprovadas.

Desde o início do ano, o governo tem garantido o pagamento. Falou que iria pagar e, agora, chegando próximo ao apagar das luzes, depois de garantir isso por várias vezes, a gente recebe a notícia da dificuldade que está tendo para fazer o pagamento, devido a questões jurídicas.

Ainda hoje conversando com o deputado Guilherme, e peço aqui o apoio mais uma vez do deputado Guilherme Cunha. Peço que nos apoie nessa luta, porque amanhã nós queremos ouvir do governo respostas efetivas, efetivas. Não é justo que as pessoas venham aqui, coloquem as suas opiniões no PPAG, tenham o compromisso de pagamento. Essas opiniões e essas ideias são para fazer políticas públicas, que muitas vezes, deputada Beatriz, farão a função onde o governo não chega, vão colaborar com o governo. Pessoas, de maneira voluntária, estão lá para fazer esse recurso produzir mais, para fazer mais com menos. Então a gente espera amanhã respostas do governo do Estado. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Cleitinho Azevedo* – Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde a todos os deputados, deputadas, servidores desta Casa. Estou vendo esta pauta aí, essa situação de falar que o PT estava querendo obstruir essa votação e eu estava presente aqui na semana retrasada, na semana passada, e não aconteceu nada disso.

A gente tem que parar com isso aqui no Parlamento. Acho que é no Brasil inteiro essa briga de partido, essa questão de esquerda e de direita. Acho que a partir do momento em que a gente se unir em prol... Porque eu penso o seguinte: se pessoa entra na política, o objetivo dele acho que é ajudar a sua cidade, ajudar o estado, ajudar alguma representação que tem. Então o intuito é ajudar. Então não sei por que essa briga, essa guerra de partido, de ideias. Eu jamais aqui vou deixar de... Eu acho totalmente errado.

Por exemplo: o Cristiano acabou de pedir um apoio. O Cristiano, gente, é do PT, e eu fiz questão de assinar o apoio dele. E daí se ele é do PT? Eu estou aqui para apoiar ideias, para apoiar pessoas e eu me identifico com o Cristiano, como me identifico com o Jean Freire e com a Beatriz, com o Betão; mas me identifico com o Bruno, que está ali e é do PSL, me identifico com o Sandro, me identifico com o próprio Guilherme, que é do Novo. Então a gente tem que se unir. E é só através dessa união nossa aqui que a gente vai resolver os problemas de Minas Gerais.

Foi através dessa união aqui, agora, que vão conseguir pagar o 13º salário do servidor, que é obrigação. A gente não tem que ficar aqui glorificando, subindo aqui em cima para bater palmas para isso, não. Sabem por quê? Porque o nosso salário caiu no dia 1º, e o nosso 13º salário vai cair agora. Então a gente tem que ter vergonha de receber esse dinheiro, e o servidor estar sem receber. Então vamos parar com essa ideologia de esquerda, de direita. Isso não vai levar a nada, tanto o PT, tanto o PSL ou qualquer outro partido. Isso não presta, gente! Nem o meu presta. Antes de virem falar que eu estou defendendo o meu, nem o meu presta. Então a gente tem que defender aqui é pessoas, ideias, não é partido, não. Partido nunca ganhou jogo, partido já fala partir. Então aqui o que for da esquerda que for bom para o meu Estado eu vou apoiar. O que for errado que a esquerda estiver fazendo eu vou reivindicar e vou cobrar. É o mesmo caso da direita. O que a direita propor que for bom vou apoiar, e o que for errado...

Sabem o que é o Parlamento? O Parlamento se chama bom senso. A gente tem que ter é bom senso, e é isso que eu estou usando aqui, desde quando entrei. Se pegarem a minha fala desde quando eu comecei aqui, dia 1º de janeiro, vão ver que eu estou usando o bom senso, estou sendo transparente. E é isso que a gente tem que ser aqui. A gente vai mudar este país só quando parar de defender bandeira, defender bandeira de esquerda, bandeira de direita. Isso aí não tem nada a ver uma coisa com a outra. Vamos olhar para frente.

O País não anda por causa disso. Sabem por quê? Porque está uma guerra, uma guerra desnecessária. Antes era o PSDB com o PT, agora entrou o PSL; e é o PSL com o PT. Vamos parar com isso, vamos nos unir, vamos nos unir. É disso que a gente precisa. A gente precisa se unir agora para a gente melhorar este estado. E mostraram isso agora, mostraram isso agora, porque foi só a união de todos aqui, tanto do PSL, do PT, do meu partido, de todos. Eu não vou falar nem de partido, mas de pessoas, de ideias. Foi só ter a união das ideias aqui, só as ideias se juntarem aqui para resolver o problema do 13º salário. Por quê? Porque se uniram. A partir do momento em que você divide não vai resolver nada. Então eu estou aqui para apoiar o que é bom. O que é bom é saber usar o bom senso, e é o que eu estou usando.

Está chegando o final do ano, e eu queria fazer um desafio a todos os presidentes de câmaras, a todos os presidentes de assembleias, inclusive ao meu presidente, em quem votei, Agostinho Patrus. Sabe qual é o desafio? Vocês devolverem dinheiro agora para as prefeituras. Por quê? O Estado e os municípios não estão quebrados? Então, é hora de vocês entregarem dinheiro. Sabe por que estou falando isso? E tenho propriedade para falar isso aqui. Até o final do ano, o meu gabinete, em questões de verbas indenizatórias, de auxílios que não usei, vai fazer uma economia de quase R\$1.000.000,00. Então, quero saber para onde esse dinheiro da economia que estou fazendo está indo. Queria muito que esse dinheiro meu, que o próprio presidente da Assembleia o devolvesse para o governo. Não é só o presidente desta Assembleia, mas que todos os presidentes de todas as assembleias de todos os estados do Brasil devolvessem dinheiro para o governo, assim como todos os presidentes de câmaras. Sabe o que precisamos fazer urgentemente neste país? Uma reforma política, com menos orçamento para as câmaras municipais. Se hoje passam 5% do orçamento total de uma prefeitura, que passem menos, passem 2,5%.

Na cidade de Juruáia, estão querendo construir a câmara municipal, um gasto de R\$12.300.000,00, onde fazem uma reunião por mês. Vou a essa cidade. Vou lá conversar com esses vereadores. O prefeito falou com eles assim: “Existe um prédio aqui da prefeitura. Eu doo esse prédio para vocês. Podem colocar a câmara aqui. Devolvam para mim esse dinheiro. Sabe o que vou fazer com ele? Pavimentar as ruas do distrito que precisam ser pavimentadas”.

Pergunto a vocês: R\$12.300.000,00 para fazer uma câmara municipal onde esses vereadores fazem uma reunião por mês. Vocês têm noção disso? Sabe por quê? Porque o orçamento lá é de 5%. A partir do momento em que o Congresso fizer uma reforma política e mandar menos orçamento para as câmaras municipais, não vai haver esse farra com o dinheiro público aqui, não.

Vereadores, entendam que o dinheiro não é de vocês; é do povo. Tem de voltar para o povo. Pensem em gastar R\$12.300.000,00 para fazer uma câmara municipal! O prefeito está dando uma alternativa para vocês: a de usarem o prédio da prefeitura para colocarem a câmara municipal. Mas vou lá visitar. Já estou avisando que vou colocar vocês com o prefeito para resolverem esse problema.

É isso que venho fazendo aqui, nos municípios de Minas Gerais. Isso aqui vale muito mais que emenda. Fica um monte de gente falando assim: “Você tem de mandar emenda para minha cidade”. De que adianta eu mandar emenda para vocês de R\$300.000,00 se não sabem usar o dinheiro, se estão querendo é construir câmara municipal? É isso que precisa mudar.

Então, quero fazer um desafio aqui para todos os presidentes de câmaras do Brasil inteiro, daqui de Minas Gerais, para os presidentes das assembleias para devolverem dinheiro agora para o Executivo. O Estado não está quebrado? O País não está quebrado? Então, temos de dar bom exemplo. Eu estou dando bom exemplo. Antes de falarem que as minhas ideias não correspondem aos fatos, digo que elas correspondem, sim, porque estou fazendo uma economia de quase R\$1.000.000,00 no primeiro ano de mandato. Por isso, tenho propriedade para falar.

Então, você, que é mineiro, que é brasileiro, compartilhe esse vídeo para que ele chegue aos presidentes de câmaras com esse desafio para eles: vocês vão devolver dinheiro para o Executivo. É uma obrigação de vocês. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 2/12/2019, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Cláudio Manoel Emerenciano Reis, padrão VL-10, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva;

nomeando Juliana de Oliveira Gomes Cipriani, padrão VL-22, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria.

PROGRAMA ASSEMBLEIA CULTURAL

PROJETO SEGUNDA MUSICAL

A Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais faz saber aos interessados o local, a data e os horários das audições públicas dos candidatos habilitados no Edital nº 5/2019 – Projeto Segunda Musical, publicado no *Diário do Legislativo* de 12 de setembro de 2019.

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS E HORÁRIOS DE AUDIÇÃO

AGENDA DE AUDIÇÕES PÚBLICAS – 2019

LOCAL: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Teatro
Rua Rodrigues Caldas, nº 30 – Santo Agostinho – Belo Horizonte – MG

DIA 14 DE DEZEMBRO – Sábado			
MANHÃ			
PROTOCOLO	CANDIDATO	INSTRUMENTOS	HORA
83997	Carlos Henrique Fernandes	Marimba	09:00
83802	Ângelo Márcio Resende	Violão	09:12
83772	Flávio Marcionilho Moura	Violão	09:24
83996	João Pedro Morales	Violão	09:36
83987	Luís Felipe Zólio	Violão	09:48
84002	Marcelo Rodrigues dos Passos	Violão	10:00
83847	Tamires Rampinelli	Violão	10:12
83937	Daniel Barbosa Pinheiro	Violão	10:24
84196	Rafael Rafles Machado	Violão	10:36
83992	Rafael Ribeiro (violino), Sebastian Cardoso (violão)	Violino e Violão	10:48
84006	Pedro Henrique Souza	Violão	11:00
84006	Pedro Henrique Souza (violão), Nicodemos dos Santos (violoncelo)	Violão e Violoncelo	11:12
84230	Ícaro Molinari	Violão	11:24
84221	Ícaro Molinari (violão), Ellen Caroline (violino)	Violino e Violão	11:36
84026	Bruno Jorge de Sousa	Saxofone	11:48
TARDE			
83912	Aires Cangussu	Violão	14:00
83816	Carmem Gomes (soprano), Aires Cangussu (violão)	Canto e Violão	14:12
83962	Joyce Faccion (piano), Carmem Gomes (canto)	Canto e Piano	14:24
84040	Carolina Scheffelmeier	Piano	14:36
84031	Danilo Cunha	Piano	14:48
83678	Davi Emerick	Piano	15:00
83712	Felipe Malaquias Alves	Piano	15:12
84034	Gabriela Vieira dos Santos	Piano	15:24
83492	Lorenzo Resende Oliveira	Piano	15:36
84239	Mateus Fonseca Junqueira	Piano	15:48
84105	Bárbara Penido (soprano), Eduardo Paes (violão)	Canto e Violão	16:00
83994	Caroline Peres (soprano), Lucas Viana (piano)	Canto e Piano	16:12
83845	Letícia Muniz (soprano), Priscila Piagentini (piano)	Canto e Piano	16:24
83998	Matheus Finoti (baixo), Isabella Caroline (soprano), Gabriel Silva (piano)	Canto e Piano	16:36
83775	Amanda Moreira (soprano), Bárbara Nicolau (mezzo), Jordane Morais (tenor), Samuel Monteiro (barítono), Bernardo Pereira (piano)	Canto e Piano	16:48
DIA 15 DE DEZEMBRO – Domingo			
MANHÃ			
PROTOCOLO	CANDIDATO	INSTRUMENTOS	HORA
84210	Josafa Ferreira	Viola	09:00
83808	Marcos Paulo Amorim (viola), Felipe Neves (viola)	Duo de Violas	09:12

84103	Lucas Dutra (viola), César Augusto (piano)	Viola e Piano	09:24
84206	Andre Freire	Violoncelo	09:36
84240	Breno Barone	Violoncelo	09:48
84206	Andre Freire (violoncelo), Filipe Augusto (contrabaixo)	Violoncelo e Contrabaixo	10:00
83768	Álison Berbert (violino), Fernando Vago (piano)	Violino e Piano	10:12
83849	Victor Mourthé (violino), Marcelo Sampaio (piano)	Violino e Piano	10:24
83767	Bruna Caroline (violino), Fernando Vago (piano)	Violino e Piano	10:36
83914	Bárbara Moreira (flauta), Jonatas Andrade (piano)	Flauta e Piano	10:48
84199	Davi Camisassa (piano), Paulo Rosa (saxofone)	Saxofone e Piano	11:00
83683	Sofia Lustosa, Luiza Rozza (piano a 4 mãos)	Piano a 4 mãos	11:12
84039	Jennifer Alexandra	Piano	11:24
84038	Jordan Alexander	Piano	11:36
84042	Jordan Alexander, Jennifer Alexandra (piano a 4 mãos)	Piano a 4 mãos	11:48
TARDE			
83913	Lais Hirle	Piano	14:00
83903	Elias Magalhães (canto), Lais Hirle (piano)	Canto e Piano	14:12
83885	Luiz Rosa	Piano	14:24
84005	Robert dos Santos (canto), Luiz Rosa (piano)	Canto e Piano	14:36
84001	Luiza Alves	Piano	14:48
84019	Luiza Alves (piano), Sarah Moreira (soprano)	Canto e Piano	15:00
83724	Pedro César	Piano	15:12
84207	Marina Silva (soprano), Pedro César (piano)	Canto e Piano	15:24
84232	Natália Pacheco (soprano), Wagner Sander (piano)	Canto e Piano	15:36
83697	Heber dos Reis (tenor), Paulo Borges (piano)	Canto e Piano	15:48
83785	Lúisa Vogt (soprano), Helcio Vaz (piano)	Canto e Piano	16:00
83973	Carlos Eduardo Araújo (baixo), Bruno Cruz (piano)	Canto e Piano	16:12
84124	Talita Martins (mezzo), Fred Natalino (piano)	Canto e Piano	16:24
84035	Leandro Dantas, Lorena Kelly, Pablo Henrick, Bruno Afonso, Miriã dos Santos, Débora Carolina, Leonardo Ferreira	Coral	16:36
83967	Iara Fricke Matte, Helen Isolani, Liliane Maciel, Luísa Vogt, Caroline Peres, Vanessa Silva, Juliana Soares, Altamiro Dionízio, Marcelo Maia, Paulo Henrique Hoffmam, Dayvid Lucyan, Fabrício Alves, Lucas Nogueira, Hélcio Vaz	Coral	16:48
DIA 16 DE DEZEMBRO – Segunda-feira			
MANHÃ			
PROTOCOLO	CANDIDATO	INSTRUMENTOS	HORA
84015	Gabriel Telles	Harpa	09:00
84015	Gabriel Telles (harpa), Alef Caetano (flauta)	Harpa e Flauta	09:12
84037	Alef Caetano (flauta), Ighor Bastos (piano)	Flauta e Piano	09:24
84055	Mateus Restani Furtado	Piano	09:36
84243	William Almeida	Piano	09:48
83882	Paulo Augusto Porto	Piano	10:00
84016	Felipe Eugênio	Flauta Doce	10:12

84024	Felipe Eugênio (flauta doce), William Almeida (piano), Maria Clara Ferreira (violoncelo)	Flauta Doce, Violoncelo e Piano	10:24
84224	Vanilce Rezende, Lauriza Anastácio (duo de violoncelos)	Duo de Violoncelos	10:36
84225	Ana Paula Rocha, Vanilce Rezende, Talitha Marinho, Mariana Alves (quarteto de violoncelos)	Quarteto de Violoncelos	10:48
84036	Ludson Alves (viola), Sara Oliveira (violino), Felipe Nonato (violino), Ruth Barros (violoncelo)	Quarteto de Cordas	11:00
84010	Marco Túlio Nolasco (piano), Ana Clara Almeida (violino), Matheus Silva (violoncelo), Ciro Miranda (viola)	Piano, Violino, Violoncelo e Viola	11:12
83734	João Carlos Pena (violoncelo), Thais Santos (violino), Clarissa Andrade (viola), Victor Emanuel (violino)	Quarteto de Cordas	11:24
83963	Isabelle Magalhaes (flauta), Leonardo Lima (flauta), Elis Sousa (violoncelo)	Duo de Flautas e Violoncelo	11:36
84104	Renan Fernandes (violino), Aline Ayres (viola), Leandro Fernandes (violoncelo), Eduardo Vieira (flauta)	Violino, Viola, Violoncelo e Flauta	11:48
TARDE			
83990	Mariana Furtado (violino), Breno Cruz (piano), Joice Coutinho (viola)	Violino, Piano e Viola	14:00
83866	Priscila Varela (violoncelo), Joice Coutinho (viola), Olívia de Souza (violino), Ana Paula Machado (piano) e Rebeca Tavares (contrabaixo)	Quinteto Caliandra	14:12
84180	Tiago Silva (regente/violino), Josué Siqueira (violino), Ygor Stefanio (violino), Victor Alves (violino), Lucas Oliveira (viola), Barbara Romano (viola), Veronica Gabriel (violoncelo), Paulo Costa (oboé)	Camerata Mineira	14:24

ATENÇÃO!

Conforme disposto no Edital nº 5/2019:

– Para o dia da audição, o candidato (individual ou integrante de grupo) deverá apresentar-se no local indicado com antecedência mínima de 20 minutos, portando documento de identificação com foto (RG, passaporte ou carteira de motorista).

– O candidato ou grupo habilitado para a audição deverá:

- a) trazer a sua estante;
- b) trajar-se de modo semelhante ao planejado para o concerto, caso seja selecionado;
- c) participar de sessão de fotos oficiais, no dia da audição.

– Não serão realizadas audições em horário diverso do agendado pela comissão organizadora.

– O candidato habilitado que não comparecer à audição no dia e horário agendados será automaticamente eliminado do processo seletivo e ficará impossibilitado de participar da seleção do Projeto Segunda Musical para o ano de 2021, salvo com apresentação de justificativa, por escrito, até 7 dias após a publicação da agenda de audições.

– Não será exigido o fornecimento de partitura para os profissionais avaliadores.

Belo Horizonte, 6 de dezembro de 2019.



ERRATA

ATA DA 101ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 5/11/2019

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 7/11/2019, na pág. 28, sob o título “REQUERIMENTOS”, no resumo do Requerimento nº 3.657/2019, onde se lê:

“faturamento anual até R\$360,00”, leia-se:

“faturamento anual de até R\$360.000,00”.